Apresentação

O IRIB é hoje o maior editor de publicações especializadas em direito registral imobiliário do Brasil. Neste catálogo estão listados 31 livros, 31 números da *Revista de Direito Imobiliário* e 31 edições do *Boletim do IRIB em Revista*.

Em poucos anos, milhares de páginas foram produzidas com o objetivo e o ideal de difundir o conhecimento do Direito registral a quantos queiram aprofundar-se no tema - registradores imobiliários, notários e outros operadores do Direito.

Com a coletânea ***IRIB em Debate***, criada em 1997, graças à co-edição do Instituto de Registro Imobiliário do Brasil com Sérgio Antonio Fabris Editor, aventuramo-nos na publicação de livros, enquanto as tradicionais publicações periódicas cresciam e se transformavam para melhor atender ao seu público. A coletânea foi iniciada com os estudos de Direito registral imobiliário apresentados nos congressos nacionais de registro de imóveis promovidos pelo IRIB. E prosseguiu com o aprofundamento de assuntos e a diversificação de áreas e autores.

Entre os títulos, o leitor encontra uma grande variedade de temas do registro de imóveis: da introdução ao Direito notarial e registral ao parcelamento do solo urbano, cadastro, novo Código Civil, alienação fiduciária de coisa imóvel, etc. As obras editadas de 1997 a 2005 refletem o debate do Direito registral imobiliário nesse período.

A conseqüência natural foi a criação da **Editora IRIB** para dar continuidade a esse trabalho e editar obras, individualmente, ou em parceria com outras entidades interessadas.

A ***Revista de Direito Imobiliário*** é uma publicação semestral do Instituto de Registro Imobiliário do Brasil, editada em parceria com a Revista dos Tribunais.

A RDI alcançou grande repercussão no mundo jurídico ao oferecer aos estudiosos do Direito imobiliário a mais completa publicação especializada. Temas que estimulam a reflexão e o aprofundamento dos estudos são escolhidos de forma a compor um painel rico e multifacetado do atual Direito imobiliário brasileiro, sempre dinâmico e em contínua transformação.

A seção *Estudos*, por exemplo, divulga o trabalho de diversos profissionais - advogados, juízes, promotores de justiça, cartógrafos e registradores cujo interesse comum está centrado nos registros públicos. Assuntos atuais e polêmicos, como consumidores, meio ambiente, urbanismo e união estável, aparecem ao lado de temas clássicos, como regime de bens no casamento e autenticação de documentos.

A revista publica, ainda, doutrina nacional e internacional, memória do Direito registral imobiliário brasileiro e jurisprudência dos tribunais regionais e superiores.

O ***Boletim do IRIB em revista*** é uma publicação bimensal distribuída aos associados do Instituto. Traz matérias de interesse do registrador imobiliário, como o debate de leis e normas relativas ao registro predial, artigos assinados por especialistas do Direito registral imobiliário, doutrina e jurisprudência.

Derivada do *Boletim do IRIB*, cuja primeira edição, em 1976, saiu apenas como *O Boletim*, a publicação sofisticou-se a partir de 2002, quando foi transformada em revista. Hoje, suas edições têm em média 160 páginas.

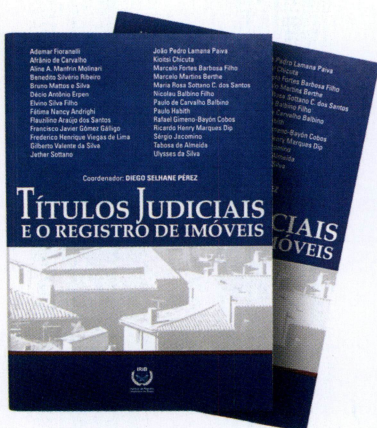
Este catálogo procura atender aos numerosos e constantes pedidos de profissionais que desejam adquirir nossas edições em todo o país. Estão disponíveis, portanto, para todos os interessados nas publicações editadas pelo Instituto de Registro Imobiliário do Brasil, todas as obras da biblioteca IRIB de Direito registral imobiliário aqui mencionadas.

Sérgio Jacomino
Coordenador Editorial

Helvécio Duia Castello
Presidente

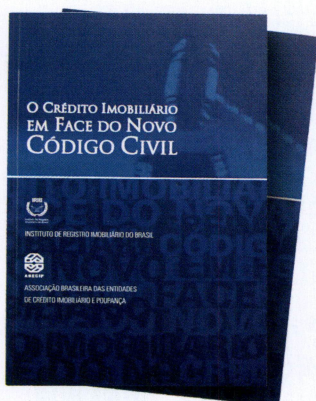
DIREITO IMOBILIÁRIO E QUALIDADE EDITORIAL

EDITORA IRIB.

Criada em 2005, a Editora IRIB já produziu obras valiosas para a comunidade de profissionais, estudiosos e interessados na área registral imobiliária.

◆ Títulos Judiciais e o Registro de Imóveis

Diego Selhane Pérez – coordenador (2005, 582 páginas)

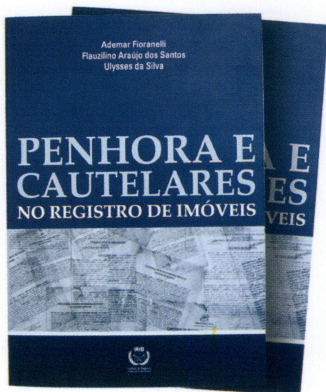
O livro aborda a importante relação entre os assentos registrais e os títulos de origem judicial, com atenção especial para a qualificação registral deles. Traz valiosas lições sobre o âmbito da qualificação registral de títulos judiciais. Aponta, pormenorizadamente e com precisão, o que deve e o que não pode ser tomado como causa de rejeição de acesso ao fólio real de títulos judiciais.

Autores: Ademar Fioranelli; Afrânio de Carvalho; Aline A. Manfrin Molinari; Benedito Silvério Ribeiro; Bruno Mattos e Silva; Décio Antônio Erpen; Elvino Silva Filho; Fátima Nancy Andrighi; Flauzilino Araújo dos Santos; Francisco Javier Gómez Gálligo; Frederico Henrique Viegas de Lima; Gilberto Valente da Silva; Jether Sottano; João Pedro Lamana Paiva; Kioitsi Chicuta; Marcelo Fortes Barbosa Filho; Marcelo Martins Berthe; Maria Rosa Sottano C. dos Santos; Nicolau Balbino Filho; Paulo de Carvalho Balbino; Paulo Habith; Rafael Gimeno-Bayón Cobos; Ricardo Henry Marques Dip; Sérgio Jacomino; Tabosa de Almeida; Ulysses da Silva.

◆ O Crédito Imobiliário em face do Novo Código Civil

Sérgio Jacomino – coordenador (2005, 421 páginas)

Coletânea de trabalhos apresentados em evento de mesmo nome, realizado pela Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança, Abecip, de 2 a 4 de abril de 2003, em São Paulo, SP.

O livro foi editado graças à parceria entre o IRIB e a Abecip. A iniciativa concretizou o convênio firmado entre as duas entidades, cujo objetivo é a colaboração técnica entre os registros prediais e o crédito imobiliário, para o aperfeiçoamento de um sistema de segurança jurídica que atenda a ambas as instituições.

Autores: Sérgio Jacomino, Décio Tenerello, Eduardo Pacheco Ribeiro de Souza, Kioitsi Chicuta, Everaldo Augusto Cambler, Gustavo Loyola, Teresa Cristina Pantoja, Pablo Stolze Gadliano, Melhim Namem Chalhub, Arruda Alvim, Arnoldo Wald, Hélio Borghi, José Carlos de Freitas e Osvaldo Correa Fonseca.

Penhora e Cautelares no Registro de Imóveis

Ademar Fioranelli, Flauzilino Araújo dos Santos e Ulysses da Silva (2005, 488 páginas)

O objetivo dos autores é proporcionar uma visão clara das cautelas que devem ser tomadas pelos funcionários forenses encarregados da elaboração de títulos judiciais e pelo registrador no exame desses títulos.

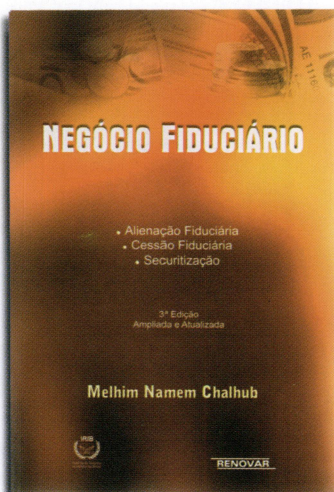
Ademar Fioranelli e Flauzilino Araújo dos Santos tratam das execuções e examinam detidamente a penhora – civil, fiscal, trabalhista – em todas as suas caracterizações. Acrescentam modelos de mandado judicial e de registro de penhora (execução civil); de registro (execução fiscal); e de averbação de cancelamento da penhora (execução trabalhista).

Ulysses da Silva dedica-se às medidas cautelares: arresto, seqüestro regido pela lei civil, seqüestro regido pela lei penal, indisponibilidade de bens, arrolamento fiscal e civil de bens, caução, arrecadação de bens e protesto contra a alienação de bens.

A obra também reúne uma valiosa coletânea da jurisprudência do Conselho Superior da Magistratura de São Paulo, do Primeiro Tribunal de Alçada Civil de São Paulo e do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná. E traz o pertinente ementário dos tribunais superiores, as Normas de Serviço da Corregedoria-geral da Justiça de São Paulo e toda a legislação referencial sobre o tema.

Cadernos IRIB de prática registral - 1 - Matrícula - uma abordagem prática (edição esgotada)

Maria Helena Leonel Gandolfo

IRIB estabelece parcerias para produzir ainda mais obras de Direito registral imobiliário.

Negócio Fiduciário

Melhim Namem Chalhub (2006, 494 páginas, edição IRIB/Renovar)

A obra traz importante e inédito trabalho de fundamentação doutrinária sobre a utilização da propriedade como instrumento de administração de negócios, ou de garantia. Identifica como elementos essenciais de segurança a propriedade fiduciária e o patrimônio de afetação.

O autor aborda o tema sob a luz de importantes alterações legislativas, como o novo Código Civil e a lei 11.101/05, de recuperação de empresas e de falência. Também são consideradas as novas figuras de alienação e cessão fiduciárias, inclusive para fins de garantia locatícia, bem como novas normas aplicáveis aos contratos de alienação fiduciária em geral. E, ainda, uma completa reformulação do procedimento de busca e apreensão regulamentado pelo decreto-lei 911/69 – leis 10.931/04, 10.076/04 e 11.196/05.

Responsabilidade Civil do Estado Decorrente de Atos Notariais e de Registro

Hercules Alexandre da Costa Benício (2005, 318 páginas, edição IRIB/RT)

O autor busca dar expressão à relevância da função notarial e de registro mediante estudo conceitual e de localização de problemas concernentes ao regime jurídico dos notários e registradores, principalmente no que diz respeito à responsabilidade civil decorrente de suas atividades.

A obra aborda questões como regime jurídico, poder delegante, natureza jurídica da instituição e dos emolumentos, e competência para a fixação das atribuições. Analisa a responsabilidade civil do Estado e dos titulares das serventias, e, nesse tema específico, defende que a responsabilidade do Estado deve ser apenas subsidiária, com fundamento em que existe autonomia administrativa e percepção dos emolumentos suficientes.

Registro de imóveis no Brasil: importância histórica, jurídica e econômica
Marcelo Salaroli de Oliveira

O autor empreendeu uma pesquisa histórica e jurídica sobre a origem da publicidade registral imobiliária no Brasil, na qual revela os fundamentos da publicidade registral imobiliária no ordenamento jurídico brasileiro, notadamente no momento de sua institucionalização, no século XIX.

A obra apresenta as razões de ordem econômica que impulsionaram a adoção do sistema de publicidade registral, como o fomento ao crédito territorial e a garantia aos empréstimos de capitais, diferentemente da razão que levou ao registro do vigário.

Os avanços tecnológicos em comunicações não são esquecidos, uma vez que permitem uma publicidade quase sem limites e uma facilidade de gerenciamento de dados que obriga à reflexão sobre a forma de proteção desses dados. Eles não podem escapar do controle público para formar bases paralelas ilegais nem podem ter tão amplo acesso que viole a intimidade das pessoas.

O autor enfrenta também as questões ambientais e os conflitos da sociedade contemporânea que desafiam os registros públicos em razão do desenvolvimento de relações jurídicas complexas e sujeitos coletivos, quando não, difusos.

O registro de imóveis e suas atribuições. A nova caminhada
Ulysses da Silva

O livro nasceu do estudo registro de imóveis – a caminhada de um título da recepção ao ato final, apresentado pelo autor no XXV Encontro Nacional realizado pelo IRIB em 1998, na cidade de São Paulo.

O trabalho mostrava os procedimentos internos e a observância dos princípios que informam a matéria registral, indispensáveis para a correta qualificação do título, e seguia o roteiro traçado pela Lei de Registro Públicos (lei 6.015/73), citando dispositivos do Código Civil de 1916, então em vigor.

Em 2003, no entanto, entrou em vigor o atual Código Civil. Além dele, duas outras leis foram editadas, com repercussão no registro de imóveis, a lei 10.267/2001 –, regulamentada pelo decreto 4.449/2002, alterado pelo decreto 5.570/2005 –, que criou o cadastro nacional dos imóveis rurais, CNIR, tornou obrigatório o levantamento georreferenciado da propriedade imobiliária rural e modificou alguns artigos da lei 6.015; e a lei 10.931/2004, que dispõe sobre regime especial tributário do patrimônio de afetação; letra de crédito imobiliário; cédula de crédito imobiliário; cédula de crédito bancário; contratos de financiamento de imóveis; patrimônio de afetação e retificação de registro, e que introduziu importantes modificações nas leis 4.591/64; 4.728/65; 9.514/97; 10.406/2002 (Código Civil) e 6.015/73.

Graças a essas importantes alterações, o estudo foi atualizado e ampliado. O registro de imóveis e suas atribuições – a nova caminhada é uma obra mais completa à qual foram acrescentados textos dedicados ao Código Civil e comentários a cada ato ou negócio jurídico sujeitos a registro e averbação, como o georreferenciamento de imóveis rurais, a nova concepção de retificação do registro, a incorporação imobiliária, o condomínio edilício, a convenção condominial e os parcelamentos de imóvel urbano e rural.

Segurança jurídica e segurança do tráfico
Victor Ehrenberg

A recepção das idéias do autor alemão Victor Gabriel Ehrenberg (1851–1929) além de ter sido tardia entre nós, as citações costumam ser reduzidas a um parágrafo que define dois conceitos essenciais: “A segurança jurídica consiste em que não se pode levar a cabo uma modificação desfavorável da situação anterior das relações patrimoniais de uma pessoa sem o consentimento desta. A segurança do tráfico consiste em que a previsivelmente favorável modificação das relações patrimoniais de uma pessoa não pode frustrar-se por circunstâncias que sejam desconhecidas a essa pessoa”.

Paz-Ares adentra o pensamento de Ehrenberg e descobre dois enfoques paralelos da contraposição segurança jurídica/segurança do tráfico que denomina “hipótese da repelência” e “hipótese da atração”. O autor alemão “convida a contemplar a segurança jurídica e a segurança do tráfico, mais do que como categorias antagônicas, como peças distintas de um idêntico mecanismo; como o verso e o reverso de um mesmo fenômeno, que não é outro senão o da facilitação ao titular originário – e não ao terceiro adquirente – o aproveitamento do valor econômico de seu direito subjetivo”.

Não há conflito. “A chamada segurança do tráfico – diz Paz-Ares – é uma modalidade de atuação da segurança jurídica e, por conseguinte, uma modalidade de proteção do direito subjetivo”.

Além dessa visão conciliadora de ambas as seguranças, o trabalho de Victor Ehrenberg aporta outras idéias valiosas à teoria geral da publicidade registral.

O Livro do Prefeito ou o Édito do Imperador Leão o Sábio sobre as corporações de Constantinopla

O livro traz importantes registros sobre a atividade notarial no Direito bizantino.

Em 1893, Jules Nicole publicou um texto grego do século IX que encontrou na biblioteca de Genebra, o Livro do Prefeito, ou Édito do Imperador Leão o Sábio, sobre as corporações de Constantinopla.

Leão VI, conhecido como o Sábio ou o Filósofo, Imperador do Oriente, dedicou seu reinado (886–911) à composição de obras de todo tipo; as mais importantes, no entanto, foram seus trabalhos jurídicos.

As corporações de Constantinopla tinham como grão-mestre o prefeito da cidade. A maneira de contratar pessoas, de eleger seus chefes, de administrar toda sua vida orgânica, enfim, dependia do prefeito, que também julgava e punia as infrações aos intrincados regulamentos.

O imperador nomeava o prefeito, outorgava-lhe poderes e, eventualmente, o destituía de suas funções. O prefeito era seu depositário visível e quem fazia executar as leis. Na Constantinopla do século IX, o Estado interferia em tudo, remexia nas lojas, inspecionava os livros de contabilidade, normatizava tudo.

Essa legislação vigorava com um exército de funcionários sob as ordens do prefeito, para garantir o cumprimento de absurdas exigências da lei. O notário que omitisse uma cláusula de um contrato era sistematicamente punido com o açoite e a tonsura.

O Livro do Prefeito trata da regulação de todas as atividades econômicas existentes nas corporações de Constantinopla. O primeiro capítulo, "Dos notários ou tabeliães", examina o funcionamento das atividades desses profissionais em tal governo.

COLETÂNEA IRIB EM DEBATE

OBRAS INDISPENSÁVEIS A QUALQUER BIBLIOTECA DE DIREITO REGISTRAL IMOBILIÁRIO.

Edição: Instituto de Registro Imobiliário do Brasil – IRIB – e Sérgio Antonio Fabris Editor – Safe.

Registro de Imóveis – Vários Estudos

Ricardo Dip – coordenador (2005, 616 páginas)

Artigos e estudos do jurista – hoje desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo –, desde 1985, sobre o Direito registral imobiliário brasileiro. Conceito de Direito registral imobiliário, independência jurídica e função social do registrador, disponibilidade, qualificação, retificações, emenda *ex officio* dos erros evidentes, dúvida no registro de imóveis, cancelamento de registro, unitariedade matricial, responsabilidade civil e penal dos registradores, protesto contra alienação de bens, alienação de bens, hipoteca, certidões integrais, segurança jurídica e estatuto profissional do notário e do registrador, entre outros assuntos.

Um livro que contribui para a formação de uma biblioteca fundamental de Direito registral imobiliário e uma obra de referência para os registradores prediais.

Direito Imobiliário Registral

Angel Cristóbal Montes (2005, 310 páginas)

O livro aborda com profundidade os temas cruciais do Direito imobiliário registral, como as origens e o desenvolvimento histórico da publicidade imobiliária. E analisa o conceito, denominação, conteúdo e caráter do Direito imobiliário registral; do instrumento da publicidade imobiliária, ou seja, do registro da propriedade imóvel; dos princípios imobiliários registrais e dos sistemas pertinentes.

O autor, catedrático de Direito civil da Universidade de Zaragoza, conclui seu estudo com um capítulo sobre o sistema imobiliário espanhol que focaliza as principais características do registro imobiliário na Espanha.

Estudos em Homenagem a Gilberto Valente da Silva

Ricardo Dip – coordenador (2005, 342 páginas)

A edição é uma homenagem póstuma do IRIB, em reconhecimento ao valor e à importância de um dos grandes juristas e especialistas em Direito registral imobiliário do Brasil, um dos fundadores do Instituto e seu inesquecível assessor jurídico.

Para homenagear Gilberto Valente da Silva, nada que não fosse a compilação de estudos sobre o Direito registral imobiliário, paixão de sua vida.

Grandes nomes e especialistas da área fizeram questão de participar de uma obra com esse propósito, a começar pelo coordenador, o brilhante desembargador Ricardo Dip, seguido de outros autores de igual notoriedade, como Álvaro Pinto de Arruda, Décio Antônio Erpen, Frederico Henrique Viegas de Lima, José Renato Nalini, Kioitsi Chicuta, Luiz Egon Richter, Rafael Arnáiz Eguren, Regnoberto Marques de Melo Jr. e Venicio Antonio de Paula Salles.

O Registro do Parcelamento do Solo para Fins Urbanos

João Baptista Galhardo (2004, 600 páginas)

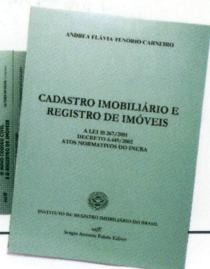
O registro de parcelamento do solo é abordado sob a ótica da prática registral. O autor, oficial de registro de imóveis de Araraquara, SP, e secretário-geral do IRIB, faz quase um passo a passo do processo de loteamento, bem como os impedimentos do registro especial.

A análise competente das leis 6.766/79 e 9.785/99 é acompanhada de uma compilação da doutrina e jurisprudência firmadas no Conselho Superior da Magistratura paulista a respeito de questões jurídicas relativas ao registro do parcelamento e da imissão provisória na posse. Um estudo pormenorizado do registro especial (art. 18, lei 6.766) fornece modelos para a prática dos atos registrais. O autor discorre, ainda, sobre parcelamentos irregulares, cancelamentos e intimações, notificações, etc. Além disso, colige, ementa e comenta as mais importantes decisões da Corregedoria-geral da Justiça, bem como os acórdãos do Conselho Superior da Magistratura de São Paulo, para proporcionar ao leitor uma visão abrangente da regulação da atividade registral no estado.

Uma obra indispensável para todo aquele que se determine ao trabalhoso estudo do parcelamento do solo.

Registros Públicos e Notas – natureza jurídica do vínculo laboral de prepostos e responsabilidade de notários e registradores

Paulo Roberto de Carvalho Rêgo (2004, 132 páginas)

O autor estuda a contratação de prepostos desde o início do notariado no Brasil. Um histórico de fatos ocorridos desde o início do notariado brasileiro até hoje elucida qual é, atualmente, a relação de fato e de direito entre notários e registradores, e seus funcionários.

O livro trata do regime que vincula os funcionários aos novos titulares, que assumem o cartório por meio de concurso público. Examina, também, a responsabilidade específica de cada registrador ou notário por seu período na serventia, uma vez que a sucessão nos cartórios não se equipara à comercial em razão do caráter originário de provimento da titularidade dos serviços extrajudiciais – concurso público –, e seu exercício privado.

A obra lança nova luz sobre o estudo dos vínculos – administrativo e trabalhista – existentes entre os delegados e respectivos prepostos dos cartórios extrajudiciais.

O Novo Código Civil e o Registro de Imóveis

Ulysses da Silva – coordenador (2004, 395 páginas)

Resultado de debates promovidos pelo IRIB em Fortaleza, São Paulo e Porto Alegre, com objetivo de analisar a ligação entre a matéria registral e as importantes modificações introduzidas pelo novo Código Civil brasileiro, o livro tem conteúdo único e inédito.

Temas: transmissões inter vivos, vendas de imóveis, doações, dações de pagamento, permutas, títulos judiciais e medidas constritivas, entre outros. Os distintos autores fornecem ao registrador subsídios para a solução de casos, uma vez que os dispositivos das leis básicas do registro de imóveis têm origem e apoio no Código Civil.

Autores: Armando Antônio Lotti, Hélio Lobo Jr., João Pedro Lamana Paiva, José de Mello Junqueira, Kioitsi Chicuta, Narciso Orlandi Neto, Pablo Stolze Gagliano, Ricardo H. M. Dip, Silvio Venosa, Ulysses da Silva e Venicio Antonio de Paula Salles.

Direito Imobiliário Registral na Perspectiva Civil-Constitucional

Frederico Henrique Viegas de Lima (2004, 384 páginas)

O livro representa a produção científica do autor entre 1985 e 2001. A coletânea reúne textos publicados no Brasil e em outros países, como Portugal, Espanha, França e Argentina.

Os temas focalizam o Direito registral imobiliário sob a ótica do fenômeno da constitucionalização do Direito civil. Matérias de Direito civil são discutidas no âmbito registral-constitucional. Uma grande diversidade de temas atende aos interessados em concursos públicos.

Introdução ao Direito Notarial e Registral

Ricardo Dip – coordenador (2004, 279 páginas)

O livro reúne a matéria do Curso de Introdução ao Direito Notarial e Registral realizado pelo IRIB, paralelamente ao XXX Encontro dos Oficiais de Registro de Imóveis do Brasil, em Salvador, de 17 a 21 de novembro de 2003.

Nótula prévia – Ricardo Dip; Atividade notarial – Narciso Orlandi Neto; Notas para uma introdução ao direito registral – Ricardo Dip; Introdução ao registro civil das pessoas naturais – Reinaldo Velloso dos Santos; Princípios de protesto de títulos – Vicente de Abreu Amadei; Registro de títulos e documentos – José Maria Siviero; Registro Civil das pessoas jurídicas – Paulo Roberto de Carvalho Rêgo; Princípios do registro imobiliário formal – Décio Antônio Erpen e João Pedro Lamana Paiva; Da qualificação notarial e registral e seus dilemas – Luiz Egon Richter; Qualificação dos títulos judiciais – Kioitsi Chicuta.

Ata Notarial

Leonardo Brandelli – coordenador (2004, 286 páginas)

Autores: Amaro Moraes e Silva Neto, João Teodoro da Silva, José Flávio Bueno Fischer, Justino A. Farias da Silva, Karin Regina Rick Rosa, Kioitsi Chicuta, Leonardo Brandelli, Mirta Morales Loulo, Narciso Orlandi Neto, Regnoberto M. Melo Junior e Walter Ceneviva.

O objetivo do livro é proporcionar estudo avançado sobre esse instrumento de enorme valia para o meio jurídico como pré-constituição de prova.

Primeira publicação doutrinária sobre o tema já editada no Brasil, o livro Ata Notarial auxilia notários e registradores, bem como toda a comunidade jurídica, uma vez que fornece subsídios para a utilização de uma ata notarial e ajuda a entender melhor esse instrumento jurídico e a variedade de aplicações na área registral e nas atividades de advogados e magistrados.

Cadastro Imobiliário e Registro de Imóveis – A Lei 10.267/2001 – Decreto 4.449/2002 – Atos Normativos do Incra

Andrea Flávia Tenório Carneiro (2003, 272 páginas)

O livro relata a elaboração da lei 10.267/01, e de seu decreto regulamentador 4.449/02, e traz os atos normativos do Incra.

A autora é líder do grupo de pesquisa em posicionamento geodésico e cadastro imobiliário da UFPE e participou da comissão de elaboração da lei 10.267 e de seu decreto regulamentador, como representante do Instituto de Registro Imobiliário do Brasil no grupo de trabalho constituído pelo Incra com essa finalidade.

Seu livro conta a história dessa participação e das discussões que culminaram no projeto da lei 10.267/01 e no texto do decreto 4.449/02. Uma obra essencial para profissionais das áreas de registro de imóveis e de cadastro imobiliário que procuram entender as transformações trazidas pela nova legislação.

◆ Registro de Imóveis – Estudos de Direito Registral Imobiliário – XXVIII Encontro de Oficiais de Registro de Imóveis do Brasil – Foz do Iguaçu / 2001

Sérgio Jacomino – coordenador (2003, 566 páginas)

Terrenos de Marinha – Ary José de Lima, Kioitsi Chicuta e Sérgio Jacomino; Condomínio Edilício e o RI – Flauzilino A. Santos; Previdência social e o RI – Ulysses da Silva; Relação de pertencialidade no Direito civil brasileiro – Leonardo Brandelli; Direito de propriedade sobre as águas e o RI – José Ribeiro; Imóveis rurais na faixa de fronteira: ratificação de títulos outorgados a particulares – José Ribeiro; RI no Estatuto da Cidade – Marcelo Terra; Direito de superfície urbanístico no Estatuto da Cidade – Frederico H. V. Lima; Comentários ao Estatuto da Cidade – J.P. Lamana Paiva, Tiago M. Burtet; Aspectos inovadores do Estatuto da Cidade – Cláudia Maria Beré; Afetação patrimonial das incorporações imobiliárias: MP 2.221 – M. N. Chalhub; Alienação fiduciária no SFH – Carlos E. D. Fleury; Reserva legal – Francisco J. Rezende dos Santos; Demarcação amigável – Manoel C. Oliveira; Retrospectiva histórica da lei federal 10.267/2001 – Andrea F. T. Carneiro; Usufruto de bens imóveis – Michelly A. L. Oliveira; Vésperas do notariado brasileiro – Sérgio Jacomino.

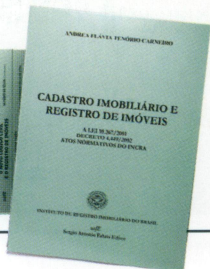
◆ Registro de Imóveis – Estudos de Direito Registral Imobiliário – XXI Encontro de Oficiais de Registro de Imóveis do Brasil – São Luís - MA / 1994

Sérgio Jacomino – coordenador (2003, 336 páginas)

Regularização de parcelamentos ilegais do solo urbano – Ary José de Lima, Kioitsi Chicuta e Sérgio Jacomino; Hipoteca: natureza e registro – José Renato Nalini e Ricardo H. M. Dip; A circulação do crédito hipotecário no sistema financeiro da habitação – Frederico H. V. Lima; Notas sobre enfiteuse – José R. F. Gouvêa; Cédulas de crédito rural, industrial, à exportação e comercial – Cláudio Fioranti; Atualização no novo regulamento da organização e custeio da seguridade social – Ulysses da Silva; Estilo resumido do ato registral imobiliário no livro 2 – Peri C. P. Lopes; Reflexões registrárias sobre o fundo de investimento imobiliário – Marcelo Terra; A atividade notarial e registral: uma organização social pré-jurídica – Décio A. Erpen.

◆ Registro de Imóveis – Estudos de Direito Registral Imobiliário – XXVII Encontro de Oficiais de Registro de Imóveis do Brasil – Vitória / 2000

Sérgio Jacomino – coordenador (2002, 488 páginas)

Direito registral imobiliário brasileiro. Princípios gerais – M. Helena L. Gandolfo; A propósito da enfiteuse – Marcelo Terra; Informatização do RI – Ary José de Lima, Kioitsi Chicuta e Sérgio Jacomino; Registro de imóveis: o lado humano – Ulysses da Silva; Rascunhos – Gilberto Valente da Silva; Autonomia registral e o princípio da concentração – Décio A. Erpen e J. P. Lamana Paiva; Aforamentos em terras públicas e alienação fiduciária – Frederico H. V. Lima; Princípio da continuidade no direito de família e sucessório – Karina R. Pinheiro; Responsabilidade civil do Estado – M. Darlene B. Araújo; Instrumento particular no financiamento imobiliário – Carlos E. D. Fleury; Posse – M. Carmo R. C. Couto; Loteamentos populares: Lei 9.785/99 – M. Carmo R. C. Couto; Integração entre cadastro e registro – Andrea F.T. Carneiro; A prática no RI em face do regime de bens no casamento – Cláudio Fioranti; O estrangeiro e o imóvel rural – Gilberto Valente da Silva; Problemas atuais do notariado brasileiro – Antônio Albergaria Pereira; Registro de permuta de terreno – Sérgio A. F. Toscano.

Registro de Imóveis – o lado humano

Ulysses da Silva (2001, 127 páginas)

O registro imobiliário visto por um novo ângulo. Sem perder de vista a abordagem técnico-jurídica dos temas, o autor expõe o lado humano dos registradores e das pessoas com as quais eles lidam. Por trás dos títulos examinados estão os diálogos, os dramas e as comédias de algumas vidas privadas, e outras nem tanto, em vinte e quatro deliciosos textos, que mesclam realidade e ficção em doses certas para fazer rir ou emocionar o leitor.

Registro de Imóveis – Estudos de Direito Registral Imobiliário – XXV e XXVI Encontros dos Oficiais de Registro de Imóveis do Brasil – São Paulo / 1998 – Recife / 1999

Sérgio Jacomino – coordenador (2000, 464 páginas)

XXV Encontro dos Oficiais de Registro de Imóveis do Brasil – São Paulo
Registro e cadastro – Sérgio Jacomino; Prenotação – Flauzilino A. Santos; Alteração no plano de loteamento – Hélio Lobo Jr.; Títulos judiciais e a sua repercussão registral – J. P. Lamana Paiva; A caminhada de um título – Ulysses da Silva; Excelência na prestação de serviço – Pedro C. Cervantes; Sucumbência na execução fiscal e o RI – Manoel C. Oliveira; Indisponibilidade de bens decretada pelo BC – Manoel C. Oliveira.

XXVI Encontro dos Oficiais de Registro de Imóveis do Brasil – Recife
Responsabilidade civil e aposentadoria compulsória – Décio A. Erpen; Aposentadoria compulsória – Ricardo H. M. Dip; Documentação eletrônica – Sérgio Jacomino; Documento eletrônico como meio de prova – Frederico H. V. Lima; Nulidade de pleno direito no RI – Kioitsi Chicuta; Doação modal e imposição de cláusulas restritivas – Sérgio Jacomino; A lei 7.433 e o RI – Eduardo P. R. Souza; Parcelamento do solo urbano, o consumo e o RI – Sérgio Jacomino; Regularização de áreas urbanas e rurais – Décio A. Erpen e J. P. Lamana Paiva; Incorporação e instituição de condomínios – Cláudio Fioranti; Incorporação imobiliária: afetação – M. N. Chalhub; Os problemas mais comuns encontrados nos contratos-padrão de parcelamentos urbanos: lei 6.766/79 e CDC – Flauzilino A. Santos; Nem todo título judicial deve ser prenotado – Marcelo Terra; Indisponibilidade de bens no RI – Ulysses da Silva; Cadastro e registro: conexão e interdependência – Sérgio Jacomino.

A Previdência Social e o Registro de Imóveis – Doutrina e Legislação Vigente

Ulysses da Silva (1999, 439 páginas)

Maior especialista brasileiro em temas de previdência social e o registro imobiliário, o autor sistematizou a matéria, enfrentada em profundidade, para oferecer uma visão esclarecedora dos encargos atribuídos ao registrador na sua tarefa diária de exame e qualificação dos títulos, e ao tabelião, na lavratura de seus instrumentos.

O objetivo da obra é o estudo da organização e custeio da Previdência Social, especialmente quanto aos aspectos concernentes aos notários e registradores. A tarefa é complexa em razão da profusão de leis, decretos, ordens de serviço, instruções normativas e circulares. No entanto, o entendimento é facilitado por importantes decisões dos tribunais superiores, bem como do Conselho Superior da Magistratura de São Paulo, Corregedoria-geral da Justiça e Corregedoria Permanente, ambas de São Paulo.

Registro de Imóveis – Estudos de Direito Registral Imobiliário – XXIV Encontro de Oficiais de Registro de Imóveis do Brasil – Belo Horizonte - Minas Gerais / 1997

Sérgio Jacomino – coordenador (1998, 287 páginas)

Segurança jurídica e independência jurídica do registrador – Ricardo H. M. Dip; La eficacia juridica y economica de la inscripcion registral: la funcion del registrador – Rafael A. Eguren; El registro imobiliário español – Eduardo J. Martínez García; Dos livros do registro ao fólio real eletrônico – Ary José de Lima. Kioitsi Chicuta e Sérgio Jacomino; Alienação fiduciária em garantia de bens imóveis – Frederico H. V. Lima; Sobre o papel do registro predial no ordenamento do território – J.M. Santos Ferreira; Panorama histórico do RI no Brasil – Décio A. Erpen e J. P. Lamana Paiva; Prática da lei 6.015/73: registro das citações e ações reais ou pessoais reipersecutórias – Manuel C. Oliveira; Alienação fiduciária de imóveis, securitização de créditos imobiliários: PL 3.242/97 – M. N. Chalhub; Prática da lei 6.015/73 – tombamento: DL 25 de 1937 – Paulo F. S. Silva; SFI – Pérsio J. Almeida , Renata C. M. Primi e Waldery Mazza; O registrador e o regulamento da organização e custeio da seguridade social – Ulysses da Silva; Três pontos a considerar no processo de registro – Ulysses da Silva.

Alienação Fiduciária de Coisa Imóvel – Reflexos da Lei nº 9.514/97 no Registro de Imóveis

Ubirayr Ferreira Vaz (1998, 88 páginas)

O autor examina o modo pelo qual se constitui a propriedade fiduciária no âmbito do sistema registrário. Levanta questões práticas do ponto de vista do registrador predial com o objetivo de procurar a melhor aplicação da alienação fiduciária no âmbito do registro de imóveis.

Procura definir a alienação fiduciária de coisa imóvel e aborda, entre outros temas, a alienação fiduciária como direito real de garantia, a constituição da propriedade fiduciária, a propriedade resolúvel, o procedimento do registro de imóveis, as características da propriedade resolúvel, as peculiaridades da propriedade fiduciária, os direitos do fiduciário, os direitos do fiduciante, a natureza e a forma dos atos a serem praticados no registro de imóveis. Apresenta modelos de registros.

Registro de Imóveis – Acórdãos e Decisões do Conselho Superior da Magistratura e Corregedoria Geral da Justiça de São Paulo / 1996

Sérgio Jacomino – coordenador (Edição IRIB/Safe: esgotada)

Da Ética Geral à Ética Profissional dos Registradores

Ricardo H. M. Dip (Edição IRIB/Safe: esgotada)

- **Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia**
  Marcelo Terra (Edição IRIB/Safe: esgotada)

- **Direito Registral Imobiliário**
  Ademar Fioranelli (Edição IRIB/Safe: esgotada)

- **Registro de Imóveis – Estudos de Direito Registral Imobiliário – XXII Encontro de Oficiais de Registro de Imóveis do Brasil – Cuiabá – Mato Grosso / 1995**
  Sérgio Jacomino – coordenador (Edição IRIB/Safe: esgotada)

- **Registro de Imóveis – Estudos de Direito Registral Imobiliário – XXIII Encontro de Oficiais de Registro de Imóveis do Brasil – Fortaleza – Ceará / 1996**
  Sérgio Jacomino – coordenador (Edição IRIB/Safe: esgotada)

- **Temas Registrários – Três Esboços: Incorporação Imobiliária. Concessão Real do Uso do Solo. Registro Civil das Pessoas Naturais**
  Frederico Henrique Viegas de Lima (Edição IRIB/Safe: esgotada)

Revista de Direito Imobiliário 59 – jul./dez. 2005

Importantes e inéditas reflexões do Encontro Internacional de Proteção de Dados, Novas Tecnologias e Direito à Privacidade nos Registros Públicos, realizado em São Paulo pelo IRIB e parceiros nacionais e internacionais, de 28 e 29 de setembro de 2005. A eficácia das decisões judiciais e os registros eletrônicos – Cíntia M. B. Pupin; Uso das novas tecnologias para a proteção de dados no registro – Javier A. Rodríguez; Publicidade registral e direitos da personalidade – L. P. Aliende Ribeiro; e Direito à privacidade nos sistemas de informação – Walter Ceneviva.

Doutrina nacional de grandes pensadores do nosso sistema registral imobiliário: Ademar Fioranelli – bem de família no NCC; Armando Lotti – Posse, usucapião e justo título à luz do NCC; Álvaro Melo Filho – Direito registral imobiliário: enfoque jus-pedagógico, Eduardo Pacheco R. Souza – Expedição de certidões pelo RI; Édson Silva Trindade – Execução trabalhista: indisponibilidade de bens na execução fiscal; Luiz Egon Richter – Procedimento de retificação administrativa no registro de imóveis; Luciano Lopes Passarelli – Direito real de habitação no direito das sucessões; Mauro Antônio Rocha – O regime da afetação patrimonial na incorporação imobiliária; Sérgio Jacomino – Penhora: alienação fiduciária de coisa imóvel e Ulysses da Silva – O direito de propriedade, o Código Florestal e o RI, entre outros.

O sistema registral germânico, por Mônica Jardim, professora da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Pareceres de Hélio Lobo Jr., José de Mello Junqueira e Narciso Orlandi Neto sobre condomínio edilício – obras de uso comum; CDHU – isenção de custas e emolumentos.

Jurisprudência da 1ª VRPSP: averbação de decretação de falência, entre outros.

Jurisprudência do STF: qualificação registral e crime de desobediência.

Jurisprudência do STJ: indisponibilidade do bem penhorado em execução fiscal; e sobre terrenos de marinha.

Jurisprudência do CSMSP: tipicidade e taxatividade do usufruto, averbação de cancelamento de cláusula de inalienabilidade e registro de contrato particular de CV de lotes, entre outros.

Revista de Direito Imobiliário 58 – jan./jun. 2005

Trabalhos apresentados no XXXI Encontro dos Oficiais de Registro de Imóveis do Brasil, realizado pelo IRIB em Maceió, Alagoas, de 18 a 22 de outubro de 2004. Debate sobre a retificação consensual e administrativa de registros trazida pela lei 10.931/04.

O georreferenciamento de imóveis rurais, agora sob novo foco legislativo.

Debate do Direito registral imobiliário em fóruns internacionais. O registro da propriedade e as administrações públicas – Enrique Rajoy Brey; "privatização" do notariado em Portugal – Mónica Jardim; El seguro de títulos de propiedad – Benito Arruñada.

Declarações dos últimos encontros ibero-americanos de Direito registral, firmadas pelo Brasil, membro atuante desse importante fórum internacional de discussões.

Jurisprudência do STJ: usucapião e lote de terreno cedido ao município por escritura pública sem registro da transferência de domínio; condomínio e utilização de área comum; condomínio e dívida de cotas condominiais deixada pelo mutuário; impenhorabilidade de vaga de garagem.

Jurisprudência do CSMSP: carta de adjudicação para registro por condomínio especial.

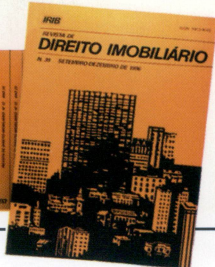
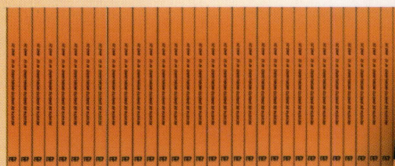
Jurisprudência da CGJSP: condomínio de fato e regularização; caução e pretensão de incidência sobre imóvel com averbação na matrícula; retificação de registro *ex officio*; dispensa de registro especial.

Jurisprudência da 1ª VRPSP: pacto antenupcial de separação absoluta dos bens e alienação de imóvel; retificação de ofício; escritura com cláusula resolutiva expressa.

Revista de Direito Imobiliário 57 – jul./dez. 2004

O meio ambiente e o RI em artigos do diretor do IRIB para a área, bem como de registradores espanhóis especializados no assunto. Temas como a publicidade registral de limitações ambientais, o registro do imóvel como meio de prevenção ambiental; informação ambiental associada a bancos gráficos dos imóveis no RI; registro do imóvel como garantia das sanções no meio ambiente; etc.

Estudos apresentados no XIV Congresso Internacional de Direito Registral realizado em Moscou, em 2003. Entre outros, A propriedade urbana e o registro da propriedade – Constancio Villaplana García; e Registro da propriedade e bases gráficas – Enrique Rajoy Brey.

Jurisprudência do STJ: cessão de direitos e alienação judicial; loteamento e ação de cobrança de despesas; loteamento e obras de infra-estrutura; fraude à execução e impenhorabilidade.

Jurisprudência do CSMSP: formal de partilha, escritura de CV e parcelamento irregular; escritura de partilha amigável, título inapto para registro de aquisição decorrente de sucessão hereditária; averbação de construção e instituição de condomínio edilício; execução de despesas de condomínio e registro de penhora; registro de penhora de imóvel com hipoteca registrada; registro de hipoteca convencional para imóvel com hipoteca por cédula de crédito rural.

Jurisprudência da 1ª VRPSP: alienação fiduciária e registro de CV de unidade residencial de condomínio; regularização de loteamento em área de preservação ou manancial.

Revista de Direito Imobiliário 56 – jan./jun. 2004

Doutrina nacional: função social da propriedade, função social do registro, função social do registrador; organização do registro em países em desenvolvimento, Estatuto da Cidade e seus instrumentos, regularização fundiária (urbana e rural) e a participação de registradores brasileiros em fóruns internacionais.

Estudos apresentados no XXX Encontro dos Oficiais de Registro de Imóveis do Brasil realizado pelo IRIB em Maceió, Alagoas, de 18 a 22 de outubro de 2004. O intercâmbio de informações Incra/cartórios; pacto comissório na CV e o NCC; leis sobre gratuidade ou redução de emolumentos; propriedade e função social; estatuto profissional do notário e do registrador.

Doutrina internacional: organização do registro da propriedade – Benito Arruñada.

II Encontro Ibero-americano de Direito Registral: crédito imobiliário no Brasil e execuções hipotecárias; qualificação de títulos judiciais no Brasil; função registral no processo civil e prelação no processo; títulos judiciais e o registro de imóveis.

Parecer de Roque Antonio Carrazza sobre a inconstitucionalidade da cobrança de ISS dos serviços de registros e notas, entre outros.

Jurisprudência do STJ: desafetação de bem público e permuta; regularização de loteamento de casas populares; cancelamento de registro; bem de família e nomeação à penhora; etc.

Jurisprudência do CSMSP: SFH e cessão de crédito; penhora, continuidade e inventário; parcelamentos sucessivos; promessa de dação em pagamento e extinção da obrigação; formal de partilha, meação, doação e usufruto; parcelamento irregular e chácaras de recreio; etc.

Jurisprudência da 1ª VRPSP: fusão de matrículas, imissão na posse, e regularização; despesas condominiais e penhora; incorporação imobiliária, alienação fiduciária e contrato de gaveta; etc.

Georreferenciamento de imóveis rurais: CGJ do Mato Grosso do Sul e de São Paulo.

Revista de Direito Imobiliário 55 – jul./dez. 2003

Doutrina nacional: o registro como proteção das garantias jurídicas; condomínio edilício e o novo Código Civil; incorporação imobiliária como patrimônio de afetação; registrabilidade da CV com cláusula resolutiva expressa; a função econômica da publicidade registral; etc.

Parecer de Fábio Ulhoa Coelho sobre o registro das sociedades simples; e de José Edwaldo Tavares Borba sobre sociedades simples e empresárias.

Estudos apresentados no Seminário de Regularização Fundiária, promovido pela parceria IRIB e MPSP, em São Paulo, no dia 26 de junho de 2003.

Jurisprudência do STF: homologação de sentença estrangeira referente à partilha de imóveis em território brasileiro.

Jurisprudência do STJ: Estado estrangeiro e aquisição de imóvel por usucapião extraordinário; recusa de registro de penhora; incorporação societária e averbação de integralização do capital social; regularização de casas populares incidência da lei 6.766/79; etc.

Jurisprudência do TJSP: retificação de registro e fusão de matrícula; hipoteca judiciária e pedido de substituição.

Jurisprudência do CSMSP: mandado de usucapião e aquisição de imóvel por cônjuge estrangeiro; hipoteca, escritura de dação em pagamento e negativa de registro; registro do vigário e inexistência de título de domínio; registro de imóvel rural; registro de loteamento; etc.

Jurisprudência da CGJSP: processo de retificação; duplicidade de matrículas e hipótese de cancelamento; CDHU, custas e emolumentos; etc.

Jurisprudência da 1ª VRPSP: autarquia federal e isenção de custas e emolumentos; cancelamento e nulidade de registro; aquisição dominial, vagas de garagem, dação em pagamento e carta de arrematação; retificação de registro intramuros.

Revista de Direito Imobiliário 54 – jan./jun. 2003

Estudos: sobre a crise contemporânea da segurança jurídica; registro e urbanismo: a posição dos adquirentes; os efeitos substantivos da inscrição e o papel do registro na proteção do tráfego jurídico imobiliário; títulos judiciais; o direito de empresa e o NCC; assinatura eletrônica; etc.

Jurisprudência do STJ: penhora e embargos do devedor; alienação de imóvel de fundação e anulação de escritura.

Jurisprudência do TJSP: compra sem checagem de antecedentes judiciários do vendedor e falta de boa-fé objetiva do comprador; retificação de área; retificação de escritura e registros.

Jurisprudência do Segundo TACSP: registro de penhora e prova de fraude; embargos à arrematação em ação de execução referente à locação de imóveis; caução registrada, posterior penhora por terceiro credor e preferência do titular do direito real; cobrança de despesas condominiais, arresto e recusa de registro – continuidade.

Jurisprudência do CSMSP: penhora sobre o direito de usufruto e registro negado; inviabilidade de registro de formal de partilha; doação, alienação da nua-propriedade e questionamento da necessidade de registro do usufruto reservado; etc.

Jurisprudência da CGJSP: hipoteca incidente sobre gasoduto; pedido judicial e recusa de cancelamento de penhora; desdobramento de lote, restrição contratual e autorização por lei municipal; Desmembramento e unificação de partes de lotes contíguos.

Jurisprudência da 1ª VRPSP: mandado de penhora sobre usufruto vitalício e impenhorabilidade; registro de compromisso de venda e compra por instrumento particular.

Revista de Direito Imobiliário 53 – jul./dez. 2002

Estudos: a função econômica dos sistemas registrais; o princípio da convalescença registral e a boa-fé; contornos do condomínio edilício no NCC; o regime jurídico da propriedade imóvel no Brasil; responsabilidade civil e penal dos registradores; responsabilidade civil de notários e registradores, aplicação do CDC em suas atividades e sucessão trabalhista; etc.

Jurisprudência do STJ: parcelamento irregular, venda de fração ideal e transferência de lote certo e determinado; herança jacente e usucapião; contrato de CV não-registrado, penhora e embargos de terceiro; nomeação de bens à penhora, hipoteca e preferência; etc.

Jurisprudência do TJGO: ação de anulação de escritura de CV e necessidade de prova de que o ato decorreu de manobra dolosa do comprador; carta de adjudicação e necessidade de prova atual da propriedade.

Jurisprudência do TJPR: falência, alienação de imóvel e fraude; ação de rescisão contratual de CV de imóvel com mútuo e pacto adjeto de hipoteca.

Jurisprudência do TJRS: imóvel. Extinção da garantia hipotecária quando pago o preço e realizada a transferência. Aplicação dos fins sociais da lei e do princípio da boa-fé.

Jurisprudência do TJSP: retificação de área extra muros; desapropriação indireta e loteamento aprovado, mas não registrado.

Jurisprudência do Segundo TACSP: despesas condominiais, substituição processual, arrematante e credora hipotecária; despesas de condomínio, execução e observação de que o ônus hipotecário não acompanha o imóvel em caso de arrematação; etc.

Jurisprudência do CSMSP: CV de frações ideais e indícios de burla à lei 6.766/79; carta de arrematação extraída de execução fundada no decreto-lei 70/66.

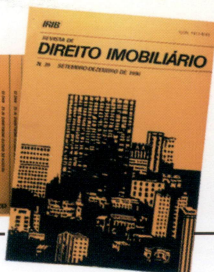
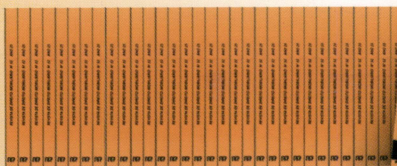
Jurisprudência da CGJSP: autenticação de certidões negativas de débito previdenciário e fiscal federal, expedidas pela Internet; transmissão mortis causa, transcrição de 1929 e vícios registrários; transferência de direitos reais e retificação por via jurisdicional; desdobramento de quadra e registro especial; etc.

Jurisprudência da 1ª VRPSP: ação de adjudicação compulsória e falta de registro de carta de adjudicação; bens reservados; etc.

Revista de Direito Imobiliário 52 – jan./jun. 2002

Estudos apresentados no Seminário Estatuto da Cidade, realizado em parceria do IRIB, MPSP e Secovi-SP, em São Paulo-SP, nos dias 31 de outubro e 1 de novembro de 2001.

Estudos: registro do protesto contra a alienação de bens móveis e imóveis; cláusulas abusivas no contrato de incorporação imobiliária; tipicidade dos direitos reais; princípio da publicidade; etc.

Estudos notariais: atuação notarial na economia de mercado e tutela do

hipossuficiente; função notarial criadora de direito; documento digital – autenticação notarial ou ato de registro?

Jurisprudência do STJ: separação judicial, inventário, partilha e aquisição imobiliária posterior ao rompimento de fato da relação conjugal; alienação na pendência de ação de cobrança, penhora não registrada e boa-fé presumida; usucapião, aquisição por contrato de promessa de CV e bem gravado com cláusula de inalienabilidade; CV, retrovenda e simulação; direito real de habitação; carta de arrematação e indisponibilidade judicial; incorporação imobiliária irregular, hipoteca constituída pela construtora e cláusula abusiva, execução fiscal, penhora e bem gravado com hipoteca – CCR; etc.

Jurisprudência do CSMSP: aquisição da nua-propriedade pela mulher e usufruto pelo marido; nua-propriedade e usufruto alienados para pessoas diversas; registro de "escritura pública de cessão de exercício de usufruto em anticrese"; etc.

Jurisprudência da CGJSP: cancelamento de hipoteca e desnecessidade de ordem judicial; etc.

Jurisprudência da 1ª VRPSP: alienação fiduciária, contrato de mútuo e propriedade resolúvel como garantia carta adjudicação compulsória e vedação do registro se não comprovada regularidade fiscal previdenciária.

Revista de Direito Imobiliário 51 – jul./dez. 2001
(edição esgotada)

Revista de Direito Imobiliário 50 – jan./jun. 2001

2º Congresso Brasileiro de Direito Notarial e Registral, realizado pela Anoreg-SP no Guarujá, SP, de 29 de novembro a 1º de dezembro de 2000: segurança jurídica: um problema real num mundo virtual? – João Caupers; o papel está morto – Paulo Roberto G. Ferreira; requisitos jurídicos de um sistema eficaz de registro de imóveis – Luis M. Cabello de los Cobos y Mancha.

Seminário Internacional de Direito urbanístico e registral: urbanismo e registro – Rafael Arnaiz Eguren.

Direito civil, notarial e registral imobiliário: autenticação de documentos; contrato de incorporação imobiliária sob a perspectiva do CDC; União estável; juízo possessório e juízo dominial; regime de comunhão parcial de bens; meio ambiente.

Doutrina internacional: sobre a publicidade imobiliária na Grécia clássica segundo Teofrasto – Luis Fernández del Pozo; a publicidade imobiliária no direito mesopotâmico antigo – Luis Fernández del Pozo.

Jurisprudência do STJ: crime contra o parcelamento do solo urbano e ação penal; regularização de parcelamento do solo pelo município; mulher casada, meação e defesa; hipoteca, penhora e indivisibilidade da garantia real; penhora, regime da separação total de bens e intimação do cônjuge; etc.

Jurisprudência do CSMSP: contrato particular de CV e de mútuo hipotecário; fideicomisso, formal de partilha e título inapto a registro; CV e certidões negativas de débitos do INSS e da Receita Federal.

Jurisprudência da CGJSP: vias públicas e contrato de concessão de uso; loteamento e proibição de vendas por determinação judicial.

Jurisprudência da 1ª VRPSP: mandado judicial de cancelamento de registro e ineficácia; unitariedade matricial; CV com doação de numerário para a aquisição e imposição de cláusulas restritivas.

Revista de Direito Imobiliário 49 – jul./dez. 2000

Direito registral imobiliário: responsabilidade civil dos notários e registradores; enfiteuse; autonomia registral e o princípio da concentração; o registro de imóveis, os títulos judiciais e as ordens judiciais; a sucessão no parcelamento do solo urbano; a importância da classificação tradicional das ações e o registro de imóveis.

Doutrina nacional: cláusulas abusivas nos contratos de incorporação imobiliária e o CDC; aforamentos em terras públicas e a alienação fiduciária em garantia de coisa imóvel; compromisso CV de imóvel e o NCC; certificados digitais, chaves públicas e assinaturas.

Doutrina internacional: en torno a la publicidad registral inmobiliaria – José Maria Martínez Santiago; El derecho a la información registral y el derecho constitucional de información – Jesús López Medel.

Jurisprudência do STF: cédula industrial e penhora.

Jurisprudência do STJ: execução hipotecária, citação do cônjuge e nulidade; loteamento clandestino, comercialização de imóveis e prisão preventiva; divisão de coisa comum e módulo rural; ação de usucapião e nulidades; Penhora não registrada, embargos de terceiro, fraude de execução e adquirente de boa-fé; divórcio, partilha e meação reivindicada pelo marido; condomínio e direito de preferência; compromisso de

CV de imóvel e Código de CDC; usucapião e domínio útil referente a bem público; concubinato, partilha e bens comuns; cédula de crédito industrial, desaparecimento da garantia e crédito quirografário; execução fiscal, cédula de crédito comercial e penhora; etc.

Jurisprudência do CSMSP: imóvel rural, usucapião e módulo rural; escritura pública de permuta, recusa ao registro e alegado domínio da municipalidade; registro de penhora, imóvel rural e desnecessidade de comprovação do pagamento de ITR; mandado de penhora, execução trabalhista, imóvel objeto de antecedentes penhoras; etc.

Jurisprudência da CGJSP: loteamento, impugnação ao registro por terceiro fundada em inobservância às normas urbanísticas; averbação de caução imobiliária prevista em locação; etc.

Jurisprudência do TJSP: retificação de área de domínio público, doação por prefeitura municipal antes do Código Civil e pedido de abertura de matrícula; loteamento, zona urbana, obrigação de fazer; etc.

Jurisprudência da 1ª VRPSP: direito sucessório e cláusulas restritivas de domínio; execução hipotecária, penhora e intimação de co-devedor; permuta; cláusulas restritivas de domínio; certidão negativa de débitos do INSS e da Receita Federal; caução, averbação, locação e indisponibilidade; etc.

Revista de Direito Imobiliário 48 – jan./jun. 2000

Seminário Internacional de Direito Urbanístico e Registral, realizado pelo IRIB, MPSP e EPM, no dia 29 de fevereiro de 2000: Loteamentos clandestinos e fraude – J. Carlos de Freitas; Loteamentos clandestinos, prevenção e repressão – Francisco E. Loureiro; O poder público municipal e a burla da lei 6.766/79 – João Baptista Galhardo; retificações e cancelamento de registro – Ricardo Dip; Tutela antecipada, medidas cautelares, liminares e RI – Kioitsi Chicuta.

Notariado brasileiro: o notariado brasileiro e a CF; o notariado no Brasil e no mundo; o notariado na Antigüidade, no direito canônico e na Idade Média; para onde vão os cartórios; aquisição da propriedade de móveis e imóveis no direito inglês.

Convênio entre IRIB e Colégio de Registradores da Espanha: Relaciones catastro-registro – Eduardo José Martínez García; La contratación electrónica: la firma y el documento electrónico- Francisco Javier García Más.

Estudos: limitações aos loteamentos; o regime condominial da união estável e sua comunicação ao RI; registro do protesto contra a alienação de bens móveis e imóveis; tendências do cadastro imobiliário; doação modal e imposição de cláusulas restritivas.

Jurisprudência do STF: responsabilidade civil do Estado; responsabilidade civil e legitimidade passiva do Estado; etc.

Jurisprudência do STJ: matrícula irregular e cancelamento pelo juiz; penhora de garagem; registro prévio de incorporação imobiliária; nulidade de compromisso de CV; escritura pública de CV com pacto comissório; mulher casada, meação e execução; servidão predial aparente; etc.

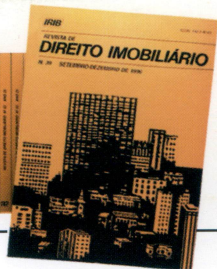
Jurisprudência do TST: penhora e cédula de crédito industrial.

Jurisprudência da CGJSP: penhora registrada sobre remanescente e recurso; dispensa de cumprimento do artigo 18 da lei 6.766/79; unificação de lotes com posterior desdobro; regularização administrativa de loteamento; conversão de união estável em casamento e regime de bens.

Revista de Direito Imobiliário 47 – jul./dez. 1999

Estudos: Reforma del código civil peruano – Carlos A. S. Coaguila; São taxativos os atos registráveis? – Ricardo Dip; Registro de parcelamento – Vicente A. Amadei; parcelamento, consumidor e RI – Sérgio Jacomino; O documento eletrônico como meio de prova – Augusto Marcacini; Responsabilidade civil e aposentadoria compulsória – Décio Antônio Erpen; Natureza jurídica dos órgãos notarial e registrador – Cristiano Graeff Jr.; Constitucionalidade do decreto-lei 70/66 – Darli Barbosa; Fraude à execução, registro imobiliário e boa-fé objetiva – Bruno Mattos e Silva; Instituto da ausência – Hélio Borghi; contratos-padrão de parcelamentos urbanos – Flauzilino A. Santos; loteamento e alteração do plano – Helio Lobo Jr.; Aposentadoria compulsória – Ricardo Dip.

Parecer de Celso Antônio Bandeira de Mello sobre a competência para criação e extinção de cartórios e para delegação dos serviços.

Jurisprudência do STJ: registro da penhora determinado em execução trabalhista; limitações urbanísticas ao uso do solo urbano; parcelamento irregular do solo rural para fins urbanos; anulação de registro da carta de arrematação e cancelamento de registro de compromisso de CV; averbação de protesto judicial contra a alienação de bens; penhora, execução fiscal e cédula de crédito industrial; débito condominial e arrematação; penhora, fraude de execução e cancelamento de matrícula; fraude de execução e embargos de terceiro; doação inoficiosa e anulação; compromisso de CV,

imóvel loteado e cancelamento administrativo; renúncia à herança e ITBI; mútuo hipotecário, SFH e sub-rogação; etc.

Jurisprudência do TJSP: penhora, hipoteca cedular e qualificação registral.

Jurisprudência do TST: penhora e cédula de crédito industrial.

Jurisprudência da CGJSP: averbação da existência de procuração e de identidades falsas; averbação de caução de imóveis em aditamento de acordo ambiental; regularização administrativa proposta pela prefeitura; mandado judicial de averbação de bloqueio de matrícula; unificação de matrículas e averbação; reti-ratificação de CV registrada, alteração da titularidade e não comunicação ao cônjuge; condomínio especial; arquivamento de planta e de memorial descritivo de antigo loteamento; desmembramento e artigo 18 da lei 6.766/79.

Revista de Direito Imobiliário 46 – jan./jun.1999

Estudos apresentados no seminário promovido pelo MPSP, no dia 5 de março de 1999: Comentários à lei 9.785/99 – Beatriz A. P. Samburgo, Cláudia H. Tamiso e José Carlos de Freitas; Aspectos registrários da lei 9.785/99 – João Baptista Galhardo; Alterações das leis 6.015/73, 6.766/79 e do DL 3.365/41– Marcelo Martins Berthe; A posse como garantia imobiliária – Melhim N. Chalhub; Alterações da lei 6.766/79 – Diógenes Gasparini; Modificações na lei 6.766/79 – Hélio Lobo Jr.; Quadro comparativo da lei 9.785/99 – Ministério do Planejamento e Gestão; Sinopse comentada da lei 9.785/99; Alteração da lei 6.766/79 pela lei 9.785/99 e repercussão – M. Cecília Lucchese; Regulação urbanística e exclusão social em SP – Raquel Rolnik; Cooperativas habitacionais e associações – Dora Bussab Castela; Bens públicos de loteamentos e sua proteção legal – José Carlos de Freitas.

Jurisprudência do STF: execução extrajudicial e constitucionalidade; retificação de registro e homologação de casamento e divórcio de estrangeiro; loteamento, zona rural e inquérito policial.

Jurisprudência do STJ: loteamento irregular, município, anulação do contrato e boa-fé; parque estadual, meio ambiente e limitações administrativas; penhora; compromisso de CV registrado em TD; promessa de CV, SFH e rescisão; adjudicação compulsória e promessa de CV não registrada; promessa de CV, cláusula e nulidade; parcelamento, casas populares, empresa pública e lei 6.766/79.

Jurisprudência do TJSP: desafetação, loteamento e bem de uso comum do povo; loteamento irregular, crime, desmembramento sucessivo, reparcelamento; loteamento clandestino e averbação de ação civil pública; programa de habitação popular, loteamento e regularização; loteamento e obras de infra-estrutura.

Jurisprudência do TJDF: incorporação não registrada e ineficácia de compromisso de CV.

Jurisprudência da CGJSP: condomínio especial e aprovação do Graprohab; desmembramento, registro especial e doação ao município.

Revista de Direito Imobiliário 45 – set./dez. 1998

Estudos: Alienação fiduciária e CDC – Melhim N. Chalhub; Títulos judiciais e sua repercussão registral – João P. Lamana Paiva; A caminhada de um título da recepção ao ato final – Ulysses da Silva; Parcelamento urbanístico – Frederico H. Viegas de Lima; RI e desenvolvimento econômico – J. Augusto G. Mouteira Guerreiro; Alienação fiduciária – Eduardo A. B. Rocha.

Jurisprudência do STJ: taxas condominiais e legitimidade passiva; alienação de imóvel locado e retomada do título dominial; incorporação de imóvel ao patrimônio da empresa, embargos de terceiro, registro ou averbação; incorporação imobiliária, permuta e registro; hipoteca, registro e preferência do credor hipotecário; cédula de crédito industrial não registrada e preferência; penhora; CV não registrada e embargos de terceiro; locação não registrada e direito de preempção; doação modal, resolução e prescrição; alienação, comerciante individual, certidões negativas; usucapião e terreno confrontante com linhas férreas; compromisso de CV não registrado e adjudicação compulsória; penhora de imóvel residencial; etc.

Jurisprudência do CSMSP e da CGJSP: partilha amigável e homologação; cédula de crédito pignoráticia e hipotecária, CCIR e Incra; descrição do imóvel e princípio da especialidade; remanescente, retificação de registro e especialidade; imóvel alienado e continuidade; prorrogação da prenotação e prioridade; título judicial e princípio da continuidade; usucapião e ITBI; incorporação imobiliária, fusão de matrículas e princípio da unitariedade; penhora, qualificação registral e princípios da especialidade, continuidade e disponibilidade; etc.

Revista de Direito Imobiliário 44 – mai./ago. 1998

Estudos: Alienação fiduciária – Frederico H. Viegas de Lima; Direito das coisas no projeto de código civil – Luis H. C. Azevedo; Fideicomisso no projeto de código civil – Sérgio Jacomino; Los registros públicos y la reforma del código civil – Carlos

Cárdenas Quirós; Responsabilidade solidária – Francisco A. Barreto Campelo; O registrador e o regulamento da organização e custeio da seguridade social – Ulysses da Silva.

Jurisprudência do STJ: promessa de CV, nulidade de cláusula contratual e devolução das prestações pagas; arrendamento rural e lei do inquilinato; penhora bem de família e registro; fraude de execução, penhora não registrada e boa-fé; concubinato e partilha; locação, CV, direito de preferência e registro; penhora de imóvel residencial; alienação ou oneração, CND do INSS e ineficácia; protesto contra alienação de bens e averbação no RI; arrolamento de bens, composição da viúva-meeira e dos herdeiros, renúncia e usufruto; ação de nulidade, título de venda e terras devolutas; loteamento e domínio público; partilha, anulação e publicidade registral; caução, registro e fraude à execução; locação, direito de preferência e ação rescisória; etc.

Jurisprudência do CSMSP e da CGJSP: imóvel rural, fração ideal e parcelamento irregular; desmembramento, especialidade e disponibilidade qualitativa; loteamento, regularização e averbação de vias públicas; aqüestos, regime da separação legal de bens, registro e cancelamento; registro do vigário e especialidade; título judicial e qualificação registral; desapropriação, remanescente e especialidade; inventário, pessoa jurídica e aquisição de imóvel; penhora, arrematação; qualificação registral e continuidade; compromisso de CV, promitente vendedor pessoa jurídica e CND do INSS; imóvel rural, arrematação por empresa brasileira e capital de pessoa jurídica estrangeira; compromisso de CV, cláusula de retrovenda, novação e princípio da tipicidade dos direitos reais; cédula de crédito pignoratícia e hipotecária, CCIR e Incra; etc.

Revista de Direito Imobiliário 43 – jan./abr. 1998

Estudos: Renúncia da herança – Hélio Borghi; Tombamento – Paulo F. Siqueira e Silva; Validade da prenotação, independência do registrador e especialidade objetiva – Ulysses da Silva; Histórico do RI no Brasil – Décio A. Erpen e J. P. Lamana Paiva; Crédito hipotecário no SFH – Frederico H. Viegas de Lima; Prenotação – Flauzilino A. Santos.

Jurisprudência do STJ: carta de adjudicação e qualificação registrária; sociedade de fato e partilha; condomínio, fração ideal, unidade autônoma e coisa julgada; retificação administrativa de registro, terrenos de marinha, loteamento e regularização; penhora, execução fiscal, arrematação e preferência do crédito trabalhista; nulidade absoluta de registro; tombamento e atos praticados no desconhecimento do fato; dupla matrícula, princípios de legalidade e da continuidade e bloqueio administrativo do registro; aquisição de imóvel rural por estrangeiro e Incra; etc.

Jurisprudência do CSMSP e da CGJSP: duplicidade de registro e bloqueio de matrícula; retificação, descrição e especialidade; retificação unilateral de registro; penhora, arrematação e qualificação registrária; descrição do remanescente, continuidade e especialidade; compromisso de CV, hipoteca e SFH; penhora e cédula de crédito industrial; loteamento e abertura de vias públicas; loteamento, certidão de ações pessoais e prazo para registro; adjudicação compulsória e certidões negativas; servidão, especialidade e unitariedade; alteração de loteamento; desmembramento sucessivo; desmembramento, unificação e especialidade; doação, divórcio, carta de sentença e qualificação registrária; medida cautelar, indisponibilidade e qualificação registrária; cisão, fusão, incorporação e certidões negativas; bem reservado, separação de fato e partilha; reforma agrária e função social da propriedade; retificação unilateral de registro, fusão, desmembramento, especialidade; carta de arrematação e continuidade; abertura de matrícula e escritura anterior ao CC; penhora, hipoteca cedular, execução trabalhista/fiscal e qualificação registrária; promessa de permuta e tipicidade; prenotação, prioridade e precedência; etc.

Revista de Direito Imobiliário 42 – set./dez. 1997

Estudos: Independência jurídica dos registradores – Ricardo Dip; El concepto de finca y la trascendência de su descripción en el registro de la propriedad y en el catastro – Rafael A. Eguren; Ameripoteca – Frederico H. Viegas de Lima; parcelamento e proteção do consumidor – Francisco A. Barreto Campelo; reservas florestais – Narciso Orlandi Neto.

Jurisprudência do STF: loteamento irregular e crime contra a administração pública; reforma agrária e pequenas/médias propriedades rurais.

Jurisprudência do STJ: medida cautelar de protesto contra alienação de bens; desapropriação e retrocessão; locação, adjudicação, direito de preferência e registro; doação modal, resolução e prescrição; desapropriação e inalienabilidade; averbação de protesto contra alienação de bens; usucapião, loteamento, domínio público e registro; promessa de CV, inscrição e prescrição; contrato celebrado em moeda estrangeira e validade; reserva legal e averbação; aquisição de boa-fé e publicidade registral; cláusula resolutiva expressa; loteamento, logradouros públicos, alienação e desafetação; etc.

Jurisprudência do TRF 1ª região: alienação de imóvel, certidões negativas, fraude à execução e fraude contra credores.

Jurisprudência do TRF 2ª região: terrenos de marinha, aforamento e legitimação possessória.

Jurisprudência do TJSP: usucapião e individualização do imóvel; loteamento, inexistência física e jurídica; condomínio e ação de obrigação de fazer; etc.

Jurisprudência do TJMG: IPTU, loteamento não registrado e incidência do tributo; terras devolutas e usucapião.

Jurisprudência do TJPR: condomínio, ação de divisão e desapropriação; condomínio, promessa de CV, cláusula abusiva e CDC; protesto contra alienação de bens e averbação.

Jurisprudência do TJRJ: nunciação de obra nova, rua de vila e domínio público; condomínio, novação, nulidade, CDC; usucapião e escritura de promessa de CV; loteamento, sucessão, promessa de CV e obras de infra-estrutura; usucapião urbana especial; etc.

Jurisprudência do TJRS: inventário, meação, alienação e partilha.

Jurisprudência do Segundo TACSP: transferência do imóvel e cobrança de despesas condominiais; loteamento, despesas condominiais e convenção de condomínio; loteamento disfarçado de condomínio; despesas condominiais e responsabilidade *propter rem*; locação de imóveis e ação revisional; etc.

Jurisprudência do TAMG: promessa de CV posterior à penhora e embargos de terceiro; doação, adjudicação, cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, nulidade e prescrição; loteamento irregular, aprovação, venda de unidades; penhora de bem hipotecado; penhora, promessa de CV não registrada, embargos de terceiro; condomínio, nunciação de obra nova, área de uso comum; fraude à execução e boa-fé; penhora, escritura de CV não registrada, dívida posterior à alienação; etc.

Jurisprudência do TARS: incorporação imobiliária, hipoteca e alteração na área construída; incorporação imobiliária não registrada e rescisão da promessa de CV; reintegração de condomínio.

Revista de Direito Imobiliário 41 – mai./ago. 1997

Estudos: Qualificação registrária no registro de parcelamento do solo urbano e o CDC – Ary José de Lima; Lei do consumidor e o RI – Helena Sayoko Enjoji; Terrenos reservados à margem de rios navegáveis – José Guilherme Braga Teixeira; Títulos judiciais e o RI – Marcelo Martins Berthe; Regularização de parcelamento do solo urbano – Vicente de Abreu Amadei; Actividades notarial e registral en el Mercosul – Manuel Caseiros Mejias.

Jurisprudência do STJ: condomínio, divisão e permuta; doação, área pública, nulidade e cancelamento de registro; penhora e boa-fé; loteamento, alteração e desafetação; penhora não registrada, promessa de CV e embargos; imóvel rural e aquisição por cônjuge brasileiro casado com estrangeira; CV, cláusula resolutiva expressa, validade e eficácia; bem público e cessão de uso; etc.

Jurisprudência do TJRJ: evicção e má-fé; penhora e bem de família; usucapião, herança jacente e arrecadação; permuta de imóveis, forma legal e nulidade.

Jurisprudência do TJSP: compromisso de CV, rescisão e evicção; sociedade de fato, titularidade provada e imissão na posse.

Jurisprudência do TARS: posse e propriedade, servidão de passagem, passagem forçada; promessa de CV, direito de arrependimento CDC.

Jurisprudência do CSMSP e da CGJSP: averbação de construção e competência recursal; regularização de loteamento clandestino; averbação de abertura de rua; condomínio deitado, loteamento, especialidade, disponibilidade e nulidade; compromisso de CV, representação, ITBI e continuidade; penhora, carta de arrematação e princípio de continuidade; locação, princípio de especialidade objetiva e desdobro; parcelamento, desmembramento sucessivo e meio ambiente; desafetação, loteamento de áreas verdes, bem de uso comum do povo e qualificação; imóvel rural e aquisição por estrangeiros não residentes no país; parcelamento não inscrito, escritura de compra e venda, desmembramento anterior à lei 6.766/79; meação, carta de adjudicação, qualificação do cônjuge, continuidade e especialidade; parcelamento do solo urbano, loteamento, regularização, registro especial e aprovação urbanística; promessa de transferência, direito pessoal, carta de sentença e título inábil a registro; escritura de CV, remanescente e princípio de especialidade; sublocação comercial, condomínio e princípio de especialidade; prenotação, prioridade e preferência; locação, acessões, benfeitorias e averbação; condomínio, fração ideal e regularização de loteamento; locação, direito de preferência e averbação do contrato; usufruto, separação consensual, doação, partilha e continuidade; etc.

REVISTA DE DIREITO IMOBILIÁRIO

DOUTRINA E JURISPRUDÊNCIA DO ATUAL DIREITO IMOBILIÁRIO BRASILEIRO.

Publicação semestral editada pelo IRIB em parceria com a Revista dos Tribunais. Consulte o índice completo das edições disponíveis em http://www.iribcultural.org.br.

Revista de Direito Imobiliário 40 – jan./abr. 1997

Estudos: Orgams da Fé Pública – João Mendes de Almeida Júnior; a revolução franceza e os officios públicos, abolição da venalidade e hereditariedades dos officios, reformas subseqüentes – João Mendes de Almeida Júnior.

Revista de Direito Imobiliário 39 – set./dez. 1996

Estudos: el registro de la propiedad español y las recomendaciones del Banco Mundial – José Poveda Díaz; condomínio e incorporação – Ulysses da Silva; o controle registral das cláusulas gerais de contratação – Frederico H. Viegas de Lima; responsabilidade do construtor pela obra irregular – Wladir de Arruda Miranda Carneiro; CV no registro imobiliário – Ademar Fioranelli; shopping center: regulamentação jurídica – José Gomes Neto; artigo 55 da lei do inquilinato – Milton Sanseverino; artigo 12 da lei do inquilinato – José Guilherme Braga Teixeira.

Jurisprudência do TJMT: locação, direito de preferência e registro.

Jurisprudência do TJMS: agravo de instrumento, efeito suspensivo e tutela antecipatória de reintegração de posse.

Jurisprudência do TJMG: IPTU, atualização, legalidade.

Jurisprudência do TJPR: contrato, ajuste para a edificação de um imóvel rural, situação contestada e validade.

Jurisprudência do TJRJ: anulação de venda de imóveis, evicção e devolução do preço.

Jurisprudência do Segundo TACSP: locação e desvio de uso da destinação do imóvel; fiança, renúncia do fiador e persistência da obrigação até entrega das chaves; locação e execução fundada em contrato escrito; locação, despejo e registro; locação e sub-rogação do cônjuge que não figurou no contrato; locação, alienação do imóvel e direito de preferência; etc.

Jurisprudência do TAMG: locação não-residencial, prazo indeterminado e prorrogação do contrato; etc.

Jurisprudência do TAPR: locação, desapropriação e imissão na posse; despejo, imóvel não-residencial e reconvenção; servidão de passagem de eletroduto; desapropriação indireta; etc.

Jurisprudência do TARJ: locação residencial, ação revisional e sucumbência; imóvel residencial, alienação e direito de preferência; comodato, esbulho e reintegração de posse.

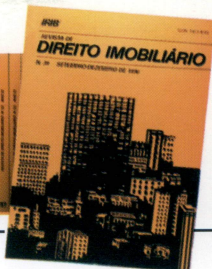
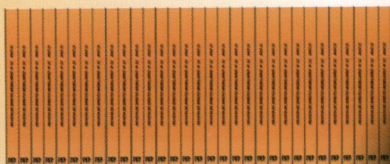
Jurisprudência do CSMSP e da CGJSP: prefeitura, aquisição de imóvel e autorização legislativa; compromisso de CV, procuração falsa e anulação de registro; aqüestos, inventário, formal de partilha, meação e continuidade; aqüestos, bens reservados e qualificação registrária; arrendamento rural e locação numerus clausus; arresto, depositário e qualificação registrária; título causal falso, nulidade, qualificação registrária e bloqueio de matrícula; cancelamento administrativo de registro, título e nulidade de pleno direito; cancelamento administrativo de registro, locação, assinatura falsa e nulidade; cancelamento administrativo de registro, disponibilidade e loteamento irregular; carta de adjudicação, princípios da continuidade e disponibilidade; título judicial, execução hipotecária e princípio de continuidade; penhora, disponibilidade, execução e qualificação registrária; casamento, divórcio e condomínio de bens; carta de sentença e certidões negativas; promessa de CV, procuração, reconhecimento de firma, continuidade e especialidade; extinção de condomínio, escritura de reti-ratificação e alvará judicial; formal de partilha, continuidade, qualificação do cônjuge; desdobro, autorização municipal e alvará de conservação; enfiteuse e instituição de usufruto; arresto, execução trabalhista e princípio de continuidade; abertura de matrícula, fração ideal, especialidade, unitariedade e retificação de registro; cancelamento judicial de matrícula; parcelamento irregular; disponibilidade e retificação judicial; etc.

Revista de Direito Imobiliário 38 – mai./ago. 1996
(edição esgotada)

Revista de Direito Imobiliário 37 – jul./dez. 1996
(edição esgotada)

Revista de Direito Imobiliário 35-36 – jan./dez. 1995 (edição esgotada)

Revista de Direito Imobiliário 34 – jul./dez. 1994
(edição esgotada)

Revista de Direito Imobiliário 33 – jan./jun. 1994
(edição esgotada)

Revista de Direito Imobiliário 31-32 – jan./dez. 1993 (edição esgotada)

Revista de Direito Imobiliário 30 – jul./dez. 1992 (edição esgotada)

Revista de Direito Imobiliário 29 – jan./jun. 1992

Estudos: O notário e o oficial do registro perante a propriedade imóvel – Elvino Silva Filho; Sobre a qualificação no registro de imóveis – Ricardo Dip; A matrícula na incorporação imobiliária – Marcelo Terra e Waldyr Walder; Registro de terras devolutas – Vito José Guglielmi; O registrador e sua jurisdição nos loteamentos urbanos: fiscalização e poder urbanístico – Arthur Rios.

Jurisprudência: registro de carta de arrematação; carta de sesmaria; doação com cláusula de inalienabilidade; doação no regime da separação legal de bens; expropriação de direito de posse; imóvel destacado de área maior; incorporação imobiliária em terreno de marinha.

Revista de Direito Imobiliário 24-25 jul. 1989/jun. 1990

Estudos: Medidas cautelares e o RI – Gilberto Valente da Silva; Estado civil e RI – Ademar Fioranelli; Restrições urbanísticas em loteamento – Afrânio de Carvalho; Protesto contra alienações de bens e o RI – Ricardo Dip; Lei 6.015/73 e ação de retificação – Paulo Habith.

Jurisprudência: aprovação municipal para o loteamento; atribuição de unidades autônomas; competência para apreciação de recurso; registro de contrato de CV; averbação de contrato de locação de serviços; registro de contrato de locação; denominação e requerimento; desmembramento anterior ao DL 271/67; direitos creditórios; erro; registro de escritura particular; registro de fração ideal; garagem em condomínio; SFH e hipoteca; imóvel rural; incoincidência entre título e registro; loteamento irregular; registro de loteamento; penhora; prenotação; procuração por instrumento particular; registro de promessa de compra e venda; rateio de despesas em condomínio; servidão de aqueduto; transmissão de bens imóveis nas incorporações; usufruto e nua-propriedade como partes ideais; validade de título com redação deficiente; venda *ad corpus*; registro de fração ideal.

Estudos: Registro de imóveis e seu aperfeiçoamento – Afrânio de Carvalho; Registro de penhora: obrigatoriedade – Paulo Habith; El princípio de inscripción: la inscripción constitutiva y declarativa en el sistema hipotecario español y en el sistema inmobiliario brasileño – Frederico H. Viegas de Lima; Princípios de direito registral imobiliário – Álvaro Melo Filho; Da unitariedade matricial – Ricardo Dip.

Jurisprudência: ação demolitória; ação de despejo; agravo de instrumento; agravo retido; águas particulares; anuência do promissário vendedor; anulação de ato jurídico; aquisição de domínio de imóvel; arras; assinatura a rogo; averbação; registro de cédula rural pignoratícia; certidão; registro de compromisso de CV; condomínio; desmembramento de gleba com doação; disponibilidade; divisão parcial; doação de direitos hereditários e impossibilidade de registro; doação entre cônjuges; suscitação de dúvida; embargos de terceiro; escritura: denominação; escritura pública de CV e deficiências formais; registro de formal de partilha; fraude à execução; imissão de posse; instituição financeira em intervenção, em liquidação extrajudicial ou em falência; inventário; locação de imóvel não-residencial; loteamento; loteamento clandestino; medida cautelar inominada; morte do mandante; nulidade de matrícula; nulidade por falta de outorga uxória; partilha de bens; penhora; prenotação; protesto contra alienação de bens; registro de imóvel rural; retificação de área e de registro; usucapião; usufruto.

BOLETIM DO IRIB EM REVISTA

BOLETIM DO IRIB EM REVISTA DEBATE OS MAIS VARIADOS TEMAS DO REGISTRO IMOBILIÁRIO BRASILEIRO.

A publicação é editada pelo IRIB, com periodicidade bimensal, para documentar as atividades do instituto, divulgar as contribuições dos registradores imobiliários brasileiros e de outros estudiosos do direito registral bem como a jurisprudência de interesse do registro de imóveis.

Boletim do IRIB em Revista - Edição 326 - mar./abr. 2006

Especial. IRIB participa do Encontro Nacional dos Conservadores de Bens de Raiz do Chile. Função econômica do registro da propriedade – Fernando Méndez González. Registros de direitos e registro de documentos: modelos organizativos da publicidade registral e o sistema registral chileno – Nicolás Nogueroles Peiró. Propriedade, registro, economia e Brasil – Fernando Méndez González, Nicolás Nogueroles, Patricia Ferraz e Sérgio Jacomino falam sobre propriedade, registro, economia e registro predial brasileiro. A evolução dos sistemas registrais na Europa – Nicolás Nogueroles Peiró.

Opinião. Notários, tabeliães, escreventes e escrivães: uma longa história de confusões! – Sérgio Jacomino. MP do Bem: imposto de renda sobre o ganho de capital na lei 11.196/2005 – Adriano Erbolato Melo. A inaplicabiliade do Código de Defesa do Consumidor aos serviços notariais e registrais – Guilherme Fanti. O regime da afetação patrimonial na incorporação imobiliária: uma visão crítica da lei. Parte I – Mauro Antônio Rocha. O regime da afetação patrimonial na incorporação imobiliária: uma visão crítica da lei. Parte II – Cartórios: inexistência de personalidade jurídica: reflexos processuais e extraprocessuais – Guilherme Fanti.

Acontece. Diretora do IRIB participa do IV Seminário sobre o Uso do Solo Urbano e Rural promovido pelo ColNot-BR em Porto Alegre. Fiscalização e controle ambiental em áreas rurais – Jackson Muller. Presidente do IRIB recebe certificado de participação do Centro de Estudos de Direito Natural em SP. Força-tarefa busca integração e interconexão: projeto Info·IRIB decola. Portaria CGJ 19/2006: aprimoramento técnico – serventias. Força-tarefa, equipe, designação, Eldorado e Jacupiranga. IRIB participa do 17º Encontro Regional do Centro-Oeste promovido pela Anoreg-MS.

Convênio IRIB. IRIB renova convênio com MPRS e celebra acordo com Escola Superior da Magistratura e Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul.

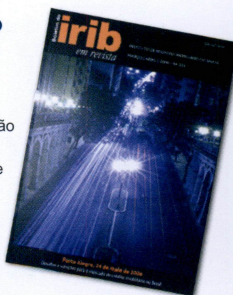
Audiência pública VI – Áreas contaminadas: averbação no RI. Encerrada AP VI sobre áreas contaminadas: CGJSP disciplina averbação no registro de imóveis. Áreas contaminadas: averbação e teoria de *numerus apertus* – Ulysses da Silva. GIAC solicita que Corregedoria-geral da Justiça de SP estude possibilidade de averbação de áreas contaminadas. GIAC: relatório de propostas e conclusões do IRIB – Marcelo A. S. Melo. Espanha promulga moderna legislação sobre áreas contaminadas e registro – Marcelo A. S. Melo. Decisão normativa da CGJSP encerra o debate.

Eleição: Edital de convocação.

IRIB Responde. Retificação extrajudicial; divisão amigável e georreferenciamento; retificação da descrição tabular do imóvel pelas regras do georreferenciamento, CV e imóvel pertencente à viúva; adjudicação compulsória, ordem judicial, questionamento pelo oficial e qualificação registral; imóvel rural, CV, remanescente e descrição; usucapião extraordinário e aquisição originária; usufruto, renúncia onerosa e possibilidade; notificação judicial, registrador e função, informação e prova; instrumento particular de penhor agrícola, sociedade estrangeira, documentos e tradução; retificação consensual, imóvel contíguo, confrontantes e notificação; adjudicação compulsória, empresa loteadora, imóvel que faz parte do ativo imobilizado, CND, dispensa e declaração da vendedora. CV, descendente, consentimento dos demais descendentes, registro e possibilidade; doação, adiantamento de legítima, escritura de re-ratificação, distrato e possibilidade; emancipação, revogação e possibilidade.

Boletim do IRIB em Revista - Edição 325 - mar./abr. 2006

Especial. IRIB debate os desafios e as soluções para o mercado de crédito imobiliário. A função econômica do registro imobiliário – Nicolás Nogueroles Peiro. Regularização fundiária e registro de imóveis: bases para o desenvolvimento econômico sustentável – Patricia André de Camargo Ferraz.

Acontece. Presidente do IRIB é designado membro efetivo da comissão técnica executiva da ICP-Brasil. Presidente do IRIB é designado coordenador do comitê sobre registros públicos da camara-e.net. IRIB participa de encontro sobre desenvolvimento e organização urbana municipal no Rio Grande do Sul. Alerta aos prefeitos municipais para a observância do Estatuto da Cidade – João Pedro Lamana Paiva. Movimento Moradia da Região Sudeste da cidade de São Paulo pede a regularização de casas construídas em mutirão. Presidente do IRIB recebe comenda do mérito Antônio Albergaria. IRIB participa do segundo Feirão da casa própria realizado pela CEF em São Paulo.

Cinder 2005 – Fortaleza. Sistema de registro imobiliário na República Popular da China – Zeng Jia.

Cinder 2003 – Moscou. Relação do registro de imóveis com outras instituições. Judicatura e administração tributária – Germán Rodríguez López.

Audiência pública IX – georreferenciamento. Limites municipais do estado de São Paulo: Definição para levantamento georreferenciado de imóvel rural; Competência legal e procedimento. Georreferenciamento e procedimento de retificação extrajudicial. Limites de municípios no estado de São Paulo – Lília Lúcia Pellegrini Venosa e Celso Marini. Limites municipais do estado de São Paulo: Definição para levantamento georreferenciado de imóvel rural; Competência legal e procedimento – Eduardo Augusto.

Opinião. A lei 11.196/2005 – uma floresta tropical legal – Paulo Roberto G. Ferreira. A retificação no registro de imóveis – Cláudia Tutikian. Hipoteca ineficaz: Análise crítica da súmula 308 do STJ – alcance, conclusões e perspectivas – Bruno Mattos e Silva. Inovações do bem de família no novo Código Civil brasileiro – Ari Álvares Pires Neto. O direito de superfície na legislação brasileira – Eduardo Sócrates Castanheira Sarmento Filho. Tributação do lucro imobiliário na alienação de imóvel residencial: a "MP do bem" – Mauro Antônio Rocha. O futuro do financiamento imobiliário no Brasil – Alexandre Assolini Mota. Cadastro imobiliário e registro de imóveis – Andrea F. T. Carneiro. Conceito de imóvel e parcela no cadastro georreferenciado – Jürgen Philips. Evolução histórica dos sistemas registrais – Maria Elena Luna Campos.

Lançamento IRIB. Novo site divulga obras editadas pelo IRIB e difunde o Direito registral imobiliário.

Entrevista. Os cartórios não morrem jamais! – Câmara Brasileira do Comércio Eletrônico entrevista Sérgio Jacomino sobre a regulação das atividades registrais no país. Hernando de Soto afirma, na Globonews, que a economia de mercado não terá como avançar sem direitos de propriedade.

PL 3.057 em discussão. Em defesa do projeto de lei. Registro de parcelamento do solo urbano: exigência de certidões e o princípio da presunção de inocência – Julia Azevedo Moretti.

IRIB responde. Pode a sociedade alienar bem imóvel a sócio? Como se dá a transmissão de bens do sócio para a sociedade? – Narciso Orlandi Neto. Georreferenciamento de imóvel rural: cisão de sociedade – Eduardo Augusto. Averbação de georreferenciamento e exigência de unificação de matrículas – Norberto Bonavita. Para cada certificação do Incra, um único imóvel no registro imobiliário: sem a fusão das matrículas e transcrições, juridicamente não houve georreferenciamento – Eduardo Augusto. Incorporação de condomínios, condomínio deitado, obras de uso comum, e contrato de construção de casas – Hélio Lobo Júnior.

Thesaurus – STF. STF decide sobre independência jurídica do registrador. Desembargador do TJSP comenta decisão do STF.

Thesaurus – STJ. Dúvida – cabimento – título judicial. Ação de divisão. Disponibilidade. Especialidade. Continuidade.

Thesaurus – CSMSP/1ª VRPSP. Jurisprudência selecionada do Conselho Superior da Magistratura e da Primeira Vara de Registros Públicos de São Paulo. Tema: qualificação registral de títulos judiciais.

Boletim do IRIB em Revista - Edição 324 - jan./fev. 2006

Cursos IRIB. Direitos reais e sistemas registrais: módulo III encerra o curso em Coimbra, Portugal, com total êxito. Presidente do Cenor profere aula-magna sobre direitos reais. Sistema registral português: desenvolvimento histórico do registro e notariado portugueses. Mónica Jardim fala sobre os sistemas registrais europeus, português e brasileiro. Curso de direitos reais em Coimbra, Portugal: entrevista com a doutora Maria Madalena Rodrigues Teixeira, docente do módulo III. Encerramento do curso de direitos reais em Coimbra: alunos e professores confraternizam-se.

IRIB internacional. IRIB participa de evento internacional sobre os sistemas de creditação da propriedade como instrumento de luta contra a pobreza. A organização dos direitos de propriedade – Benito Arruñada Sánchez. Sistemas de segurança transacional: panorama internacional – Nicolás Nogueroles Peiró. Reflexões sobre a relação entre direitos de propriedade e crescimento econômico – Antônio Figueiredo. A regularização fundiária como instrumento de combate à pobreza e fator de desenvolvimento econômico – Patricia Ferraz. Os sistemas de creditação da propriedade como instrumento de luta contra a pobreza – Venicio Antônio de Paula Salles.

IRIB Internacional – I Congresso Ibero-americano de cadastro no Peru. IRIB representa o Brasil no I Congresso ibero-americano de cadastro. Georreferenciamento de imóveis: intercâmbio entre cadastro e registro de imóveis no Brasil – Andrea Flávia Tenório Carneiro.

BOLETIM DO IRIB EM REVISTA

BOLETIM DO IRIB EM REVISTA DEBATE OS MAIS VARIADOS TEMAS DO REGISTRO IMOBILIÁRIO BRASILEIRO.

A publicação é editada pelo IRIB, com periodicidade bimensal, para documentar as atividades do instituto, divulgar as contribuições dos registradores imobiliários brasileiros e de outros estudiosos do direito registral bem como a jurisprudência de interesse do registro de imóveis.

Acontece. Corregedor-geral da Justiça de São Paulo propõe parceria com o IRIB para a realização de seminários regionais. Projeto de Lei de Parcelamento do Solo: questões ambientais, urbanísticas, consumeristas e registrárias. Desembargador Sebastião Luiz Amorim toma posse como presidente da Apamagis. IRIB visita secretário da Justiça de São Paulo. IRIB presente à assinatura de contratos para financiamento e construção de 9 mil unidades habitacionais pela CEF. Georreferenciamento e cadastros urbanos: informação a serviço da sociedade. Regularização fundiária e a função social da propriedade pública. Parcelamento do solo urbano: proposta de criação de fórum permanente de discussões IRIB – AELO. IRIB participa do XII Simpósio Notarial de São Paulo: notários discutem retificação e georreferenciamento.

Cursos. V Curso de Direito registral para registradores ibero-americanos em Barcelona. IRIB participa de curso sobre georreferenciamento e retificação de registro realizado pela PGE. Direito imobiliário *versus* mercado imobiliário. IRIB na Escola da Magistratura do estado do Rio de Janeiro – Emerj. Georreferenciamento e registro Torrens – Eduardo Pacheco Ribeiro de Souza.

Opinião. Penhora: alienação fiduciária de coisa imóvel e algumas considerações sobre o registro – Sérgio Jacomino; Alienação fiduciária de bens imóveis: penhora dos direitos do fiduciário e do fiduciante – Melhim Namem Chalhub. Regularização de loteamento e a segurança jurídica – Sylvio Rinaldi Filho. As relações entre os serviços extrajudiciais registrais e notariais e a Lei de Arbitragem – Eduardo Pacheco Ribeiro de Souza. O direito de propriedade, o Código Florestal e o registro de imóveis – Ulysses da Silva.

PL 3.057/2000 em debate. O Valor do registro-1 – Sérgio Jacomino. O Valor do registro-2 – Sérgio Jacomino. Publicidade registral imobiliária: algumas considerações a respeito do projeto de lei 3.057/2000 – Leonardo Brandelli. A propósito das críticas recebidas quanto às questões registrais imobiliárias tratadas no PL 3.057/2000 – Luciano Lopes Passarelli.

Info·IRIB. As inovações apresentadas por usuários de sistemas e redes informáticas – Sérgio Jacomino.

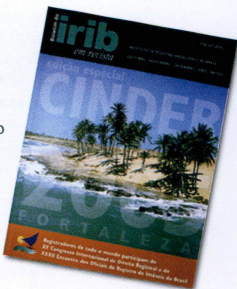
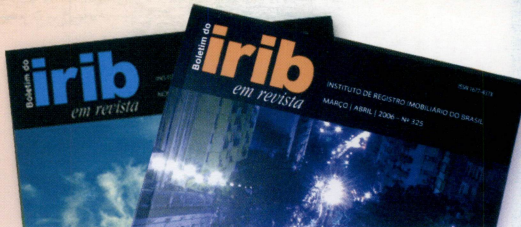
Entrevista. Walter Ceneviva fala da 16ª edição do seu livro e de temas do registro de imóveis.

Boletim do IRIB em Revista - Edição 323 – out./nov./dez. 2005

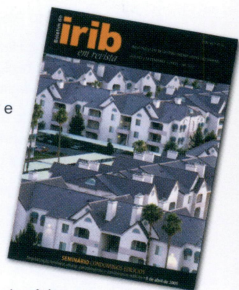
Edição especial: XV Congresso Internacional de Direito Registral do Cinder: CINDER 2005.

Cinder 2005 – abertura. Registradores de todo o mundo participam da abertura solene do CINDER 2005. Mensagem do senhor presidente da República para o XV Congresso Internacional de Direito Registral. "O crescimento econômico moderno só se dá nos países que contam com direitos de propriedade seguros" – Lee Alston. IRIB firma novos convênios internacionais com a Superintendência Nacional de Registros Públicos do Peru, com o Instituto de Derecho Folio Real peruano e com a Corporação Chilena de Estudos de Direito Registral. Javier de Angulo Rodríguez: existem cada vez mais transações econômicas em formato eletrônico em todo o mundo. Nicolás Nogueroles parabeniza IRIB pela fundação da Escola Nacional de Registradores e promete colaborar para a criação de um curso de mestrado no Brasil. Benito Arruñada fala sobre direitos, sistemas de registro e função social da propriedade. "Aprendemos que o impacto econômico do título de propriedade é mais importante que a própria posse da terra" – Carolina Rouillón Gallese. Álvaro Delgado Scheelje fala sobre a importância econômica de um modelo registral eficiente e comenta o acordo de cooperação entre Brasil e Peru. "Nosso objetivo é aprender com o que fizemos bem e com o que fizemos mal, para não voltar a cometer os mesmos erros" – Rafael Arnaiz Eguren. Projetos More legal e Gleba legal regularizam áreas urbanas e rurais no Rio Grande do Sul. Autoridades e registradores presentes ao CINDER 2005 falam da importância do evento que reuniu cerca de 450 participantes de 25 países dos cinco continentes.

Cinder 2005 – conclusões. Conclusões do XV Congresso Internacional de Direito Registral, Cinder 2005. O sucesso do Cinder 2005 e do XXXII Encontro dos Oficiais de Registro de Imóveis do Brasil está nos números: 445 participantes de 25 países, 204 brasileiros, 164 estrangeiros e 77 acompanhantes. Ministério da Fazenda envia representante e bancos prestigiam o Cinder 2005 em Fortaleza.

Cinder 2005 – palestras. A função econômica e social do registro de imóveis diante do fenômeno da despatrimonialização do Direito civil – Leonardo Brandelli. Regularização fundiária e desenvolvimento econômico sustentado Algumas experiências do Brasil – Patricia André de Camargo Ferraz. Usucapião especial de imóvel urbano: instrumento de regularização fundiária e de concretização do direito de propriedade – Maria Darlene Braga Araújo. A segurança jurídica gerada pela publicidade registral em Portugal e os credores que obtêm o registro de uma penhora, de um arresto ou de

uma hipoteca judicial – Mónica Jardim. Políticas de regularização fundiária: confrontando o processo de crescimento informal das cidades latino-americanas – Edésio Fernandes. Regularização fundiária: projetos More legal e Gleba legal – João Pedro Lamana Paiva. Regularização de parcelamentos ilegais: diretrizes legais – Rosangela Staurenghi. Breves notas sobre os procedimentos legais conducentes à primeira inscrição, no registro predial português e à regularização fundiária no âmbito das operações urbanísticas – Maria José Silva, Marta Isabel Bessa, Virgilio Machado e Luisa Clode. Regularização fundiária: uma visão histórico-social – Maria Laura de Souza Coutinho. Regularização fundiária em terras da União: garantia de direitos humanos – Alexandra Reschke. A revisão da lei federal 6.766/79: novas regras no jogo da cidade? – Denise Gouvêa e Sandra Ribeiro. Estruturação do cadastro brasileiro a partir de uma lei nacional de cadastro – Andrea F. T. Carneiro. Instituições, direitos de propriedade e seus impactos na pobreza – Lee J. Alston.

Boletim do IRIB em Revista - Edição 322 – jul./ago./set. 2005

Especial – Seminário condomínios edilícios. Seminário sobre regularização fundiária urbana, parcelamentos e condomínios edilícios sela parceria do IRIB com o MPSP e a CGJSP. Ocupação e regularização do solo urbano – Luíz Paulo Aliende Ribeiro. Requisitos para a regularização de condomínios de fato – José Marcelo Tossi Silva. Aspectos urbanísticos – José Carlos de Freitas. Aspectos urbanísticos, ambientais e penais – Geraldo Rangel de França Neto. Aspectos registrários – Ivan Francisco Pereira Agostinho. Aspectos registrários do provimento 10/2004 da CGJSP – Marcelo Augusto Santana de Melo. Regularização de condomínios e o provimento 10/2004 da CGJSP. PL 3.057/2000: reforma da lei 6.766 – Patricia André de Camargo Ferraz.

Encontro de El Calafate. Registradores e notários de 12 países reúnem-se no XIX Encontro do Comitê Latino-americano de Consulta Registral. El Calafate recebe registradores da América Latina – João Pedro Lamana Paiva. Barão de Munchausen, idealismos e a regularização fundiária – Sérgio Jacomino. A evolução do sistema registral no século XXI – João Pedro Lamana Paiva.

Acontece – IRIB no 77º Enic. IRIB participa do 77º Enic: construção civil discute segurança jurídica. Mercado imobiliário, segurança jurídica e custos de transação: a experiência espanhola.

Acontece – Feirão da casa própria. IRIB e Arisp participam do feirão da casa própria realizado pela Caixa Econômica Federal, na cidade de São Paulo. Como comprar seu imóvel com mais segurança – Adriano Damásio.

Acontece – regularização fundiária. IRIB participa do I Congresso de Regularização Fundiária em Áreas de Preservação Permanente, no Guarujá.

Acontece – IRIB & Anoreg-SC. IRIB participa do encontro estadual da Anoreg-SC em Lages.

Acontece – Interconexão cadastro/registro. IRIB participa de seminário do Ministério das Cidades: Cadastro Técnico Territorial Multifinalitário.

Acontece – regularização fundiária. Instituto Pólis entrevista diretora do IRIB para elaboração de relatório sobre experiências com processos de regularização fundiária.

Acontece – IRIB-Abecip. IRIB e Cinder participam da comemoração de 38 anos da Abecip.

IRIB-Cinder-Bovespa. IRIB e Cinder visitam Bovespa: em debate, securitização e parcerias.

Acontece – IRIB-Cinder-CGJSP. IRIB e Cinder visitam Corregedoria-geral da Justiça de São Paulo.

Acontece – IRIB e Secovi-SP. IRIB e Secovi-SP promovem evento sobre experiência do mercado imobiliário espanhol.

Acontece – Reforma do Judiciário. IRIB prestigia posse do secretário de Reforma do Judiciário.

VI Congresso Nacional de Direito Registral – Peru. IRIB apresenta RI brasileiro no VI Congresso Nacional de Direito Registral no Peru. O valor constitutivo da publicidade no sistema registral imobiliário brasileiro – Eduardo Pacheco Ribeiro de Souza.

IRIB no Rio Grande do Norte e em Mato Grosso do Sul. IRIB leva curso de retificação de registro e georreferenciamento a Natal e Campo Grande.

IRIB-MPSP. Ministério Público de SP e IRIB retomam os trabalhos para programar eventos em parceria.

IV Simpósio de Direito Imobiliário no RS. IRIB debate as novas diretrizes da retificação de registro com advogados gaúchos.

IRIB internacional. Encontro internacional em São Paulo discute aprimoramento do nosso sistema registral imobiliário. Publicidade registral e direitos da personalidade –

Luís Paulo Aliende Ribeiro. Publicidade registral e meios eletrônicos – Patricia Ferraz. A experiência na discussão do projeto de lei do cadastro positivo: regulamentação de bancos de dados de proteção ao crédito – Otávio Ribeiro Damaso. Direito à privacidade nos sistemas de informação – Walter Ceneviva. Direito à privacidade nos sistemas de informação – Diego Selhane Pérez. Direito à privacidade nos sistemas de informação – Manuel Alceu Affonso Ferreira. Títulos notariais e judiciais eletrônicos: o uso seguro da firma digital nos instrumentos públicos – Augusto Tavares Rosa Marcacini. A eficácia das decisões judiciais e os registros eletrônicos (penhora *on line*, indisponibilidade de bens, etc.) – Cíntia Mítico Belgamo Pupin. A eficácia das decisões judiciais e os registros eletrônicos (penhora *on line*, indisponibilidade de bens, etc.) – Marcelo Manhães de Almeida. A eficácia das decisões judiciais e os registros eletrônicos (penhora *on line*, indisponibilidade de bens, etc.) – Sérgio Jacomino.

Cursos IRIB. Curso de extensão sobre registros públicos e alguns aspectos de protesto de títulos une teoria e prática registral. Curso de direitos reais e sistemas registrais, módulo II, em Tiradentes, MG. Curso de especialização em Direito registral imobiliário em Porto Alegre.

Cursos IRIB-Ductor. História de uma parceria bem sucedida: 387 alunos e cinco cursos IRIB/Ductor realizados num único ano. GV-Law e FGV Management: destaque para IRIB e Direito registral imobiliário.

Entrevista. Presidente do IRIB entrevista presidente do Colégio Notarial do Brasil. Diretor do Itaú fala sobre a parceria com o IRIB: "procuramos o IRIB, justamente para propor que fizéssemos com os imóveis o mesmo que foi feito com os automóveis".

Lançamento IRIB. Magistrados e registradores prestigiam lançamento de livro em homenagem a Gilberto Valente da Silva.

Lançamento. Especialistas lançam livro sobre registro mercantil em São Paulo.

Alteração da lei 6.766. IRIB, Colégio Notarial e Abecip discutem alterações da lei 6.766/79 com relator do projeto.

Convênio IRIB/AASP. IRIB e Associação de Advogados de São Paulo ajustam protocolo de intenções.

ENR – Escola Nacional de Registradores. Nasce a Escola Nacional de Registradores, em Tiradentes, MG.

Thesaurus – 1ª VRPSP. Parcelamento do solo urbano, loteamento, regularização, averbação, meio ambiente, área de proteção ambiental, mananciais, municipalidade, competência legislativa, levantamento pericial, desnecessidade e Graprohab.

Boletim do IRIB em Revista - Edição 321 – abr./mai./jun. 2005

Especial – abertura. Londrina discute o georreferenciamento de imóveis rurais: auditório permanece lotado na terceira edição regional do encontro.

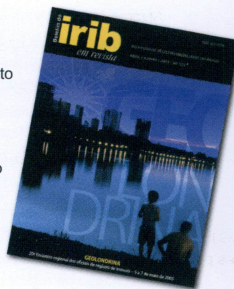
Especial – proposta do Colégio Notarial do Brasil. Colégio Notarial do Brasil propõe dispensa de georreferenciamento na lavratura de escrituras de compra e venda de imóveis rurais.

Especial – Incra suspende prazos em Mato Grosso. Incra suspende prazos para certificação de imóveis georreferenciados em Mato Grosso.

Especial – polêmica. CNA entende que não há condições materiais nem técnicas para a implantação do georreferenciamento nos prazos propostos. Cúpula do Incra rebate críticas, mas não redefine prazos. Incra confirma "possibilidade de ampliar o prazo para esse extrato que está vencendo".

Especial – palestras. Norte do Paraná: ocupação e regularização fundiária – Yoshiya Nakagawara Ferreira. A nova onda do registro imobiliário – Sérgio Jacomino. Direito registral imobiliário: georreferenciamento e lei 10.267/2001 – João Pedro Lamana Paiva. Reserva legal e o registro de imóveis: exigência de averbação no estado do Paraná (provimento 060/2005) – Francisco José Rezende dos Santos. O papel do registro de imóveis para o desenvolvimento sustentável no meio rural – André Lima. Meio ambiente e o registro de imóveis – Marcelo Augusto Santana de Melo. Retificação extrajudicial de registro: aspectos práticos – João Carlos Kloster. Retificação extrajudicial: aspectos polêmicos – José Augusto Alves Pinto. Aspectos legais do georreferenciamento – Gervásio Alves de Oliveira Júnior. Impactos da legislação do georreferenciamento para a economia nacional – Anaximandro Doudement Almeida. A posição do Incra em face da Carta de Araraquara – Marcos Alexandre Kowarick e Edaldo Gomes. Aplicabilidade da lei do georreferenciamento – Eduardo Agostinho Arruda Augusto.

Acontece – IRIB no GeoBrasil 2005. IRIB participa de GeoBrasil 2005: destaque para o georreferenciamento de imóveis rurais.

Acontece – Lei 10.267/01 em debate. IRIB debate georreferenciamento com sociedade rural do Paraná. Aplicabilidade da Lei de Georreferenciamento – Eduardo Agostinho Arruda Augusto.

Acontece – IRIB no comitê do fundo de terras. IRIB participa oficialmente do Comitê permanente do fundo de terras e reordenamento agrário.

Acontece – regularização fundiária. Encontro da primeira Vara de Registros Públicos de São Paulo com IRIB e Secretaria da Habitação visa agilizar regularização fundiária, usucapião e retificação de registro.

Acontece – IRIB no Projeto Brasil. A questão dos cartórios: como usar a certificação para modernizar e diminuir a burocracia – Sérgio Jacomino.

Acontece – IRIB na TV. IRIB conquista reconhecimento da sociedade e dos meios de comunicação.

Acontece – Terrenos de marinha. IRIB reúne especialistas para discutir os terrenos de marinha.

Acontece – SOS Mata Atlântica. Diretores do IRIB prestigiam maioridade da fundação SOS Mata Atlântica.

Acontece – regularização fundiária. IRIB participa de reunião de trabalho para agilizar regularização fundiária em Recife.

Acontece – Regularização fundiária na TV Câmara. IRIB participa de debate ao vivo na TV Câmara sobre regularização fundiária urbana.

Acontece – IRIB na Fadisp. Presidente do IRIB ministra aula em curso de extensão universitária em Direito imobiliário da Fadisp.

Acontece – IRIB na Universidade de Franca. Vice-presidente do IRIB-SP profere palestra na Universidade de Franca.

Acontece – regularização fundiária de imóveis rurais. Técnicos do BID visitam o IRIB.

Acontece – Abecip. IRIB reúne-se com Abecip para discutir valor da hipoteca e critérios de registro.

Acontece – ambiente. IRIB e DEPRN-SP promovem encontro técnico.

Acontece – Projeto Gleba Legal/CGJRS. Imóveis rurais – CGJRS inova com o projeto Gleba Legal. Projeto Gleba Legal – João Pedro Lamana Paiva. Solenidade de lançamento no TJRS. Provimento 07/2005 – CGJ institui o projeto Gleba Legal.

Acontece – I ENCOR-MG. Presidente do IRIB profere palestra magna no I Encontro da Corregedoriageral de Justiça – ENCORMG. A eficácia da penhora de execução e o registro de imóveis. Entrevista com o presidente do IRIB Sérgio Jacomino. Georreferenciamento e retificação extrajudicial de imóveis urbanos e rurais – Ari Álvares Pires Neto.

Info-IRIB. Empresas de informática e registros imobiliários relatam suas experiências com a informatização. Escriba Informática: 15 anos dedicados ao desenvolvimento de sistemas para tabelionatos e registros. 8º Registro de imóveis de São Paulo fornece a maioria dos registros em 4 dias, cancelamento de hipoteca em 1 hora e certidões de matrícula em alguns minutos. Siplan obtém êxito com o desenvolvimento de soluções personalizadas de softwares para cartórios. Informatização do 1º RI de Franca permite transparência e segurança nas atividades do cartório e expedição de certidões em tempo real.

Cursos IRIB – Direitos reais e sistemas registrais. Curso inédito sobre direitos reais e sistemas registrais: professores de Coimbra e alunos de dez estados estreitam laços entre Brasil e Portugal. Catedráticos da Universidade de Coimbra cumprem agenda de visitas no Brasil. Curso de Direitos reais e sistemas registrais – módulo I. Curso sobre sistemas de titulação da propriedade em Madri. Protesto: recuperação extrajudicial de créditos – Eduardo Pacheco Ribeiro de Souza.

Encontro ibero-americano de Direito registral. Bolívia reúne registradores do continente no III Encontro ibero-americano de Direito registral. Conclusões de Santa Cruz de la Sierra, Bolívia.

Lançamento IRIB. IRIB lança mais uma obra fundamental à sua biblioteca de Direito registral imobiliário. Convênio técnico entre IRIB e Abecip leva à edição de obra conjunta.

IRIB em Coimbra. IRIB representa o Brasil no encerramento do curso de pós-graduação em Direito notarial e registral na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Os serviços notariais e registrais no Brasil – Eduardo Pacheco Ribeiro de Souza.

Thesaurus – STF. Contrato de locação, bem de família, fiador e impenhorabilidade. Inconstitucionalidade.

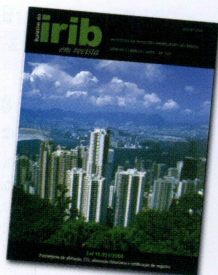
Thesaurus – STJ. Área de preservação permanente, ITR, exclusão, ato declaratório ambiental, desnecessidade e Ibama.

Thesaurus – 1ª VRPSP. Retificação de área consensual, remanescente, apuração, ação reivindicatória, prova, deficiência e perícia.

BOLETIM DO IRIB EM REVISTA

BOLETIM DO IRIB EM REVISTA DEBATE OS MAIS VARIADOS TEMAS DO REGISTRO IMOBILIÁRIO BRASILEIRO.

A publicação é editada pelo IRIB, com periodicidade bimensal, para documentar as atividades do instituto, divulgar as contribuições dos registradores imobiliários brasileiros e de outros estudiosos do direito registral bem como a jurisprudência de interesse do registro de imóveis.

Boletim do IRIB em Revista - Edição 320 – jan./fev./mar. 2005

Especial – sinopse das palestras. Lei 10.931 lota auditório interessado em discutir afetação, CCI, alienação fiduciária e retificação de registro.

Especial – palestras. Retrospectiva da lei 10.931/2004: vantagens e desvantagens para o mercado imobiliário – Celso Luiz Petrucci. Nulidades, cancelamento de registro e bloqueio de matrícula – Ricardo Dip. Letra de crédito, CCI, CCB: securitização de créditos – Alexandre Assolini Mota. Financiamento imobiliário: inovações legislativas – Oswaldo Correa Fonseca. Aspectos socioeconômicos – Otávio Damaso. Alienação fiduciária – Carlos Eduardo Duarte Fleury. Securitização de créditos imobiliários – Roberto Santos Zanré. Condomínio e incorporações: alterações e pontos polêmicos – Estela L. Monteiro Soares de Camargo e Jaques Bushatsky. Retificação consensual de registro – George Takeda. Patrimônio de afetação – Melhim Namem Chalhub.

Acontece – Cinder 2005. Secretário-geral do Cinder é recebido na Corregedoria-geral da Justiça do estado de São Paulo. IRIB e Cinder visitam Fortaleza e Brasília. Secretário geral do Cinder visita ministérios.

Acontece IRIB-Cinder-Abecip. Crédito Imobiliário tem encontro marcado com o XV Congresso Internacional de Direito Registral.

Acontece – convênio IRIB-Abecip. Crédito imobiliário: contratos-padrão e informatização dos registros.

Acontece – CNA. Reunião da Comissão nacional de assuntos fundiários: IRIB e Anoreg-BR participam da discussão sobre georreferenciamento.

Acontece – Programa nacional de crédito fundiário. IRIB e Anoreg-SC participam de reunião em Florianópolis.

Acontece – IRIB-Banco Mundial. Representante do Banco Mundial visita sede do IRIB.

Acontece – Faesp.

Georreferenciamento de imóveis rurais: Faesp e IRIB se reúnem para assuntos de interesse comum.

Acontece – Regularização fundiária. IRIB participa de videoconferência com Hernando de Soto. Plano diretor e regularização fundiária: *come together, right now!* – Sérgio Jacomino.

Acontece – registro e desenvolvimento socioeconômico. Formalizar a terra foi a chave para o desenvolvimento socioeconômico do Peru.

Audiência pública VII – lei 10.931. Resultado da audiência pública sobre a lei 10.931: um marco para as atividades registrais. Patrimônio de afetação: a reforma por caminhos alternativos – Melhim Namem Chalhub. Cronologia da lei 10.931: patrimônio de afetação nas incorporações imobiliárias. Retificação de registro – Venicio Antonio de Paula Salles. Adequação da multa por inadimplemento nos condomínios: por que foi vetada? – Jaques Bushatsky. Retificação consensual: São Paulo regulamenta procedimento. O princípio da autonomia do registrador imobiliário: procedimento de retificação de registro consensual – João Pedro Lamana Paiva. Patrimônio de afetação e retificação de registro: MG uniformiza procedimentos. Retificações de registro e de área – Marcelo Terra. Retificação de registro – Ulysses da Silva. Condomínio edilício e outras alterações no Código Civil – Marcelo Terra. Condomínio edilício e a recente lei 10.931/2004 – Paulo Eduardo Fucci. Escritura pública ou particular? – Sérgio Jacomino. Enfiteuse, escritura pública e particular: MP 221/2004 em debate – Narciso Orlandi Neto. Primeira Vara de Registros Públicos de São Paulo edita ordem de serviço em face da lei 10.931. Retificação consensual judicial de registro: intervenção do Ministério Público. Lei 10.931: profissionais habilitados aos levantamentos técnicos de engenharia e agrimensura. CGJ de Mato Grosso dispõe sobre procedimentos para averbação de área rural. Parecer dos juízes auxiliares da CGJ de São Paulo sobre retificação de registro. Provimento da CGJ de São Paulo sobre retificação de registro.

Opinião. Incorporação imobiliária e patrimônio de afetação – Cláudia Fonseca Tutikian. Registro de imóveis, cancelamento e bloqueio de matrícula – Ari Álvares Campos Pires.

Fórum Social Mundial. Vice-presidente do IRIB-RS apresenta trabalho no Fórum Social Mundial.

Convênio IRIB/Universidade do Sarre. Convênio com Universidade do Sarre, na Alemanha, proporcionará formação e capacitação de registradores e estudiosos do Direito.

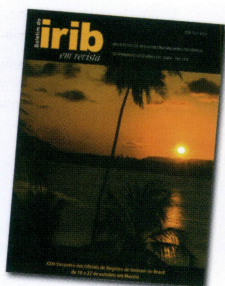
Info·IRIB. Encontro de conselheiros do IRIB na Alemanha.

Imóvel rural – lei 10.267/2001. Georreferenciamento – urge a prorrogação de prazos! – João Pedro Lamana Paiva.

Thesaurus – 1ª VRPSP. Retificação de área consensual, remanescente, apuração, ação reivindicatória, prova, deficiência e perícia.

- **Boletim do IRIB em Revista - Edição 319 – nov./dez. 2004: edição esgotada**

- **Boletim do IRIB em Revista - Edição 318 – set./out. 2004**

Especial – momentos. XXXI Encontro de Oficiais de Registro de Imóveis do Brasil discute novos instrumentos legais. Debate sobre novas leis e assinatura de convênio com universidade portuguesa marcam XXXI Encontro em Maceió. Abertura solene: presidente Sérgio Jacomino conclama os registradores a responderem às necessidades sociais do país. Entrega da medalha Júlio Chagas: doutor Ricardo Dip agradece a homenagem do IRIB. Tributo a Gilberto Valente da Silva: um grande e inesquecível amigo, uma lenda entre nós – José Augusto Alves Pinto. IRIB celebra convênio histórico com Universidade de Coimbra.

Especial – Curso. Curso de Introdução ao Direito Registral Imobiliário analisa os princípios registrais. Nótulas de introdução ao estudo dos princípios registral-imobiliários (ou hipotecários) – Ricardo Dip.

Princípio da legalidade e registro de imóveis – Flauzilino Araújo dos Santos. Princípio de inscrição – Luiz Egon Richter. Fólio real e matrícula – Ulysses da Silva. Princípio da prioridade – Francisco José Rezende dos Santos.

Especial – palestras. Histórico da lei 10.931/2004 – Celso Luiz Petrucci. Histórico da lei 10.931/2004 – Sérgio Jacomino. Patrimônio de afetação – Melhim Namem Chalhub. Patrimônio de afetação e registro de imóveis – Flaviano Galhardo. Retificação de registros: a nova sistemática adotada pela lei 10.931 – Helvécio Duia Castello. Retificação de registro – George Takeda. Alienação fiduciária – Carlos Eduardo Duarte Fleury. Alienação fiduciária – José de Mello Junqueira. A função econômica do registro de imóveis – Mauricio José de Serpa Moura e Ruy Veridiano Patu Rebello Pinho. Regularização fundiária – Ermínia Maricato. Georreferenciamento: alguns aspectos importantes – Eduardo Agostinho Arruda Augusto. Imóvel rural e construção do CNIR – Elizabeth Prescott Ferraz. A privatização do notariado em Portugal – Mónica Jardim. O meio ambiente e o registro de imóveis – Marcelo Augusto Santana de Melo. Retificação de registro – Venicio Antonio de Paula Salles.

Convênio IRIB-Colégio de Registradores da Espanha. Termos do convênio técnico, acadêmico e científico firmado entre o IRIB e o Colégio de Registradores da Espanha.

Acontece – reeleição. IRIB prorroga mandato da diretoria em assembléia geral extraordinária.

Ponto Crítico. Receita para informatização de um cartório: *Quod non est in retia, non est in mundo!* – Sérgio Jacomino.

- **Boletim do IRIB em Revista - Edição 317 – jul./ago. 2004: edição esgotada**

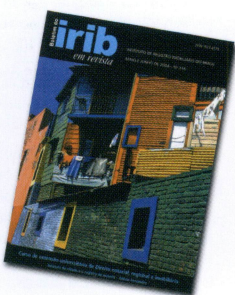
- **Boletim do IRIB em Revista - Edição 316 – mai./jun. 2004**

Especial. IRIB realiza curso de extensão universitária de Direito notarial, registral e imobiliário com a Universidade Anhembi Morumbi. Estatuto da Cidade e o registro de imóveis: novos instrumentos jurídicos – Edésio Fernandes. Bens de domínio público e o registro de imóveis – Venicio Antonio de Paula Salles. Direito sucessório à luz do novo Código Civil Euclides de Oliveira.

Acontece. IRIB participa da feira GeoBrasil 2004 com estande e palestras. IRIB apóia e participa do 13º Encontro de notários e registradores de MG. III Congresso Brasileiro de Direito Urbanístico faz balanço do Estatuto da Cidade. Presidenta do IBDU fala sobre regularização e registro. Direito à moradia e segurança da posse no Estatuto da Cidade: diretrizes, instrumentos e processos de gestão. IRIB e Arisp realizam curso sobre securitização, CRI e fundos imobiliários.

Lançamento. IRIB lança mais quatro novos livros em concorrida noite de autógrafos.

Entrevista. José Carlos Vido, secretário de Controle do uso do solo, de Osasco, SP, foi entrevistado pelo IRIB na TV Justiça.

Consultoria tributária e fiscal. IRPF – Sindicatos, associações e entidades de classe: mensalidades, livro caixa e dedutibilidade – Antonio Herance Filho.

Certificado de recebíveis imobiliários – CRI. Modalidades contratuais do SFH e SFI. 1. SFI *versus* SFH: a especificidade dos sistemas condiciona os contratos – André Trotta. 2. Securitização é mercado secundário, aplica-se tanto ao SFH quanto ao SFI – Alexandre Assolini Mota. 3. SFI – novas (e velhas) questões – Alexandre Assolini Mota, Daniela Ferreira Sugano Maximiano e Paulo Sérgio de Moura. 4. Decisões normativas: o que é crédito imobiliário que autorizaria a securitização?

Opinião. Doação: procuração exige poder especial? – José Ribeiro. Da igualdade e da diferença – Betânia Alfonsin e Edésio Fernandes. A retenção e a instituição positiva do direito de habitação – Júlio Soares Neto. Alguns comentários sobre o sistema registral brasileiro – Elias Mohor Albornoz.

Jurisprudência selecionada – STJ. Dúvida registral. Justiça federal, imóvel da União, abertura de matrícula e domínio federal; dúvida, suscitação, domínio federal e terras indígenas; ISS e serviços notariais e registrais.

Jurisprudência selecionada CGJSP. Custas e emolumentos, isenção, União federal e CDHU.

STF. Município e alteração de limites territoriais; usucapião, ilha costeira, aquisição anterior à constituição de 1988, interesse da União e descabimento.

STJ. Penhora, hipoteca, persistência do ônus real, preferência e fraude; penhora, imóvel residencial e comercial; penhora, regime de separação total de bens e intimação do cônjuge; carta de arrematação, registro, juízo trabalhista *versus* juízo correcional e competência; SFH, unidades autônomas, hipoteca, construtora, gravame não oponível a terceiro adquirente; penhora, meação, dívida do marido, benefício da empresa e impenhorabilidade; SFI, unidades autônomas, hipoteca, incorporadora, falência, gravame não oponível a terceiro adquirente; credores quirografários, preferência, arresto registrado, arresto anterior sem registro e princípio da anterioridade; penhora, bem comum indivisível, mulher casada, dívida do marido; locação, direito de preferência, despejo, falta de pagamento, tentativa de anulação da CV e má-fé.

Registro histórico. Elvino Silva Filho: uma vida dedicada à paixão pelo registro de imóveis.

Boletim do IRIB em Revista - Edição 315 – mar./abr. 2004

Acontece – Encontro ibero-americano de Direito registral. II Encontro ibero-americano de Direito registral em Cartagena 2004 debate o tema Títulos judiciais e o registro de imóveis. Conclusões do II Encontro ibero-americano sobre as relações entre o registro da propriedade e os tribunais de Justiça.

Acontece – XVIII Encontro do comitê latino-americano. IRIB participa do XVIII Encontro do comitê latino-americano de consulta registral em Santo Domingo, na República Dominicana. Ata de Santo Domingo.

Acontece – Ambiente. Meio ambiente e o registro de imóveis: áreas contaminadas – ação interinstitucional.

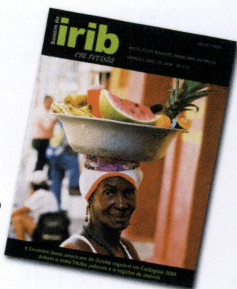
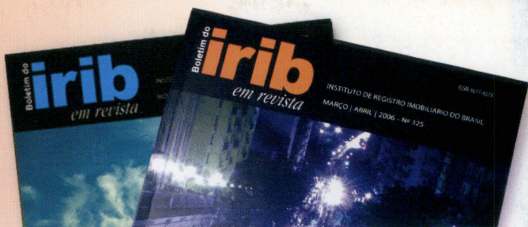
Acontece – Regularização urbana. IRIB presente à festa de entrega de três mil títulos em São Paulo. Era uma vez um título – Sérgio Jacomino. I Encontro Imobiliário da Cidadania.

Acontece – Secovi. Segunda reunião do grupo de trabalho IRIB/Secovi.

Receita Federal. A permuta de unidades imobiliárias e os reflexos de sua realização no preenchimento da DOI – Antonio Herance Filho.

Opinião. O uso do condomínio civil como burla à lei de loteamentos: a visão do registrador imobiliário – Marcelo Augusto Santana de Melo. Pareceres e provimento CG 10/2004 da CGJSP sobre regularização de condomínios. Considerações sobre a legítima – Júlio Soares Neto. NCC e o registro de imóveis: (Pré-)Compreensões a respeito da transferência, instituição e extinção do direito real de usufruto – Ricardo Guimarães Kollet; NCC e o registro de imóveis: usucapião tabular – Júlio Soares Neto. NCC e a previdência: negativa fiscal e validade dos atos jurídicos – Décio Antônio Erpen. Cessão de crédito imobiliário, CND do INSS e RF, CCI, cédula de crédito imobiliário – Alexandre Assolini Mota; Instituição de condomínio: necessidade de instrumento público – Eduardo Sócrates Castanheira Sarmento Filho; Cancelamento do pacto comissório e o reconhecimento de firma – José Ribeiro; Certidões de ônus reais – Eduardo Pacheco Ribeiro de Souza.

Convênios IRIB. IRIB celebra e renova importantes convênios. Íntegra do acordo firmado entre IRIB e MDDI. IRIB e Ministério Público de São Paulo ratificam convênio pela terceira vez.

Entrevista. Secretário de Justiça de São Paulo fala sobre regularização fundiária em entrevista ao IRIB na TV Justiça.

Imóvel rural. Georreferenciamento de imóveis rurais: a questão dos processos judiciais – Fabio Martins Marsiglio. Decisão Plenária do Confea 024/2003; Decisão Plenária do Confea PL-0633/2003; Decisão 378/2.004 22ª Vara Justiça federal – DF.

Boletim do IRIB em Revista - Edição 314 – jan./fev.2004

Palavra do presidente. Confira as realizações e o crescimento do IRIB em 2003.

Entrevista. BIR entrevista presidente do IRIB.

Especial. Seminário A nova ordem jurídico-urbanística no Brasil. A produção ilegal das cidades brasileiras – Ermínia Maricato. Do Código Civil ao Estatuto da Cidade – Edésio Fernandes. Principais aspectos da nova ordem jurídico-urbanística e instrumentos da política urbana no Estatuto da Cidade: aspectos jurídicos – Nelson Saule Júnior. Aspectos urbanísticos – Raquel Rolnik. Publicidade registral de situações urbanísticas – Rafael Arnaiz Eguren. Plano diretor: necessidades e possibilidades – Betânia de Morais Alfonsin. Conteúdo do plano diretor – Ricardo de Souza Moretti. Plano diretor: imperatividade e responsabilidades decorrentes – José Carlos de Freitas. Concessão de direito real de uso e concessão de direito especial de uso para fins de moradia – Evangelina Pinho. A dimensão urbanística dos instrumentos de regularização – José Roberto Bassul. Usucapião coletiva – Francisco Eduardo Loureiro. Perda da propriedade – Cláudio Luiz Bueno de Godoy. Parcelamento do solo para fins urbanos – Fernanda Costa. Aspectos registrais – Sérgio Jacomino.

Acontece – lançamento. Coletânea IRIB em debate lança livros indispensáveis aos notários e registradores: Ata notarial e O novo Código Civil e o registro de imóveis.

Acontece – parcerias. IRIB, Banco Nossa Caixa e Cibrasec discutem parcerias.

Acontece. IRIB, Abecip e CEF discutem FGTS e contratos imobiliários. IRIB, Abecip e CEF discutem FGTS e reforma da LRP. IRIB recebe consultores do BID em São Paulo. Nova reunião do programa Cadastro de terras e regularização fundiária reúne IRIB, BID e Incra em Brasília. IRIB e Secovi de São Paulo debatem temas de interesse comum.

Cursos. Regularização fundiária é tema do curso de extensão IRIB/Fadisp.

Imóvel rural. Atos normativos da lei 10.267/2001 e do decreto 4.449/2000.

Opinião. O solo é a única área comum do condomínio edilício – Eduardo S. Castanheira Sarmento Filho. O NCC e o condomínio de casas: uso exclusivo em propriedade comum – Paulo Andres Costa. Imóvel no Brasil, contrato celebrado no exterior – Marcelo Terra. Condomínio: registro de locação de unidade autônoma em construção – Marcelo Terra e Everaldo Augusto Cambler. A aquisição de bens pelo mandatário – Eduardo Pacheco Ribeiro de Souza. Cadastro nacional de imóveis rurais, CNIR: repercussão nas atividades notariais e registrais – Julio Cesar Weschenfelder.

STF. Penhora, título extrajudicial e parte ideal de imóvel; penhora, bem de família, execução e impenhorabilidade.

STJ. Penhora, mulher casada, meação, benefício da família, prova e ônus do credor; penhora, alienação anterior à constrição, contrato de CV não registrado, terceiro de boa-fé e fraude não caracterizada; inventário, regime da comunhão universal de bens, dívida incomunicável, meação, fração ideal do casal e falecimento do marido; fraude à execução, compromisso de CV anterior à execução, ausência de registro e terceiro de boa-fé; hipoteca, penhora, inalienabilidade e impenhorabilidade; penhora, imóvel residencial, vaga de garagem, unidade autônoma e matrícula própria; penhora, compromisso de CV anterior à execução, ausência de registro e terceiro de boa-fé; penhora, compromisso de CV anterior à execução, ausência de registro, terceiro de boa-fé e fraude à execução não configurada. SFH e hipoteca não oponível ao terceiro adquirente; compromisso de CV anterior à execução, ausência de registro e terceiro de boa-fé; fraude à execução, alienação, imóvel penhorado, ausência de registro e terceiro de boa-fé; loteamento, parcelamento do solo, ação civil pública, casas populares e regularização; penhora, alienação, adquirente de boa-fé, ônus da prova de má-fé e presunção de boa-fé; penhora, alienação, ausência de registro e terceiro de boa-fé; imissão de posse, escritura pública de CV registrada, existência de contrato de CV não registrado; venda de imóvel, falsificação de alvará judicial, escritura pública e registro; fraude à execução, alienação de imóvel penhorado e penhora não registrada; loteamento, desafetação, alienação, permuta e abertura de matrícula.

IRIB responde. IRIB responde a 1.580 consultas técnicas em dois anos.

Homenagem. Gilberto Valente da Silva – Sérgio Jacomino. Morreu o heuretés! – Ricardo Dip. Remexendo a memória – Maria Helena Leonel Gandolfo.

BOLETIM DO IRIB EM REVISTA

BOLETIM DO IRIB EM REVISTA DEBATE OS MAIS VARIADOS TEMAS DO REGISTRO IMOBILIÁRIO BRASILEIRO.

A publicação é editada pelo IRIB, com periodicidade bimensal, para documentar as atividades do instituto, divulgar as contribuições dos registradores imobiliários brasileiros e de outros estudiosos do direito registral bem como a jurisprudência de interesse do registro de imóveis.

Boletim do IRIB em Revista - Edição 313 – nov./dez. 2003

Edição especial: XXX Encontro dos Oficiais de Registro de Imóveis do Brasil e Congresso Brasileiro das Entidades de Notas e Registros.

Abertura. Congresso Brasileiro das Entidades de Notas e Registros é realizado com total, absoluto e inegável sucesso. Anoreg-BR e Colégio Notarial do Brasil firmam acordo no Congresso Brasileiro das Entidades de Notas e Registros e criam o cartório virtual. Entrevista com Doris Vargas Cigarruista, diretora geral dos Registros do Panamá. Repercussão na mídia do Congresso Brasileiro das Entidades e Notas e Registros.

Pesquisa. Salvador 2003: sucesso total!

Palestras. O Código Civil e o registro de imóveis – Ulysses da Silva. Direito notarial e registral – Narciso Orlandi Neto. O estatuto profissional do notário e do registrador – Ricardo Dip. O novo Código Civil e os contratos imobiliários – José de Mello Junqueira. O registro de imóveis e o cadastro de registros na Alemanha – Helmut Rüßman. A informática e o registro de imóveis – Kioitsi Chicuta. A informatização do registro de imóveis brasileiro no início do terceiro milênio – Kioitsi Chicuta. O pacto comissório na compra e venda de imóveis e o novo Código Civil – Eduardo Pacheco Ribeiro de Souza e Marcelo Braune. Intercâmbio de informações entre o Incra e os serviços notariais e registrais – Andrea F. T. Carneiro. O cadastro napoleônico – Jürgen Philips. A importância socioeconômica dos sistemas registrais – Enrique Rajoy Brey. Propriedade e função social – Paulo Ferreira da Cunha.

Convênio. IRIB e Instituto Jurídico Interdisciplinar português assinam convênio: "navegar é preciso".

Artigo. Financiamento da regularização fundiária e parcerias internacionais – Edésio Fernandes.

Boletim do IRIB em Revista - Edição 312 – set./out. 2003

Especial. IRIB debate a importância socioeconômica do registro imobiliário em fórum internacional. A função econômica do registro imobiliário – Fernando P. Méndez Gonzalez. Debate: a função econômica do registro de imóveis. Imprensa dá destaque à proposta do IRIB para criação de microcrédito imobiliário.

Acontece – Estatuto da Cidade. IRIB e Fadisp realizam curso sobre Estatuto da Cidade.

Acontece – grilagem/Piauí. IRIB participa de encontro sobre o combate à grilagem de terras no Piauí. 1. O combate à grilagem e a modernização do sistema registral – Sérgio Jacomino. 2. Comentários à lei 10.267 e ao decreto 4.449 – Ridalvo Machado de Arruda. 3. Entrevista com Fernanda Almeida Moita, presidente do Interpi. 4. Entrevista com Roberto Novoa da Costa, secretário substituto de Reforma Agrária. 5. Carta de Cristino Castro com as propostas aprovadas no encontro do cerrado piauiense.

Acontece – lançamento. IRIB e UFPE lançam livro sobre cadastro imobiliário e RI. As bases gráficas dos prédios registrais: O projeto geobase – Jorge Requejo Liberal.

Acontece – lei 10.267/01. A participação do IRIB no grupo de trabalho do CNIR e no projeto com o BID. IRIB participa do GT de consolidação do CNIR. Relatório oficial do programa Cadastro de terras e regularização fundiária no Brasil. Portaria conjunta MDA-SRA/Incra 1, de 12 de setembro de 2003.

Acontece – curso. Faculdade de Campo Grande realiza pós-graduação em Direito notarial, registral e imobiliário.

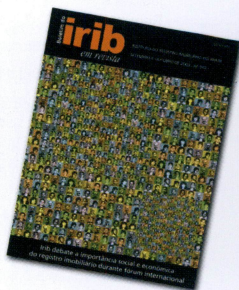
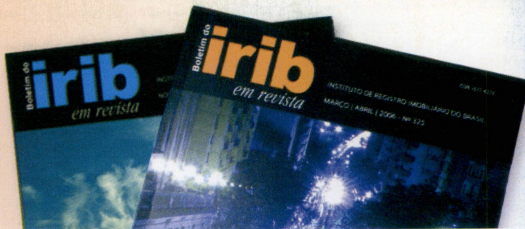
Acontece – confraternização. IRIB recebe novos registradores com jazz e bossa-nova. Carta aos novos registradores – Sérgio Jacomino. IRIB recebido em almoço no Secovi-SP.

Acontece – curso internacional. Brasileiros participam do curso de especialização em Direito registral na Espanha. Curso de especialização em Direito registral em Barcelona-Espanha – João Pedro Lamana Paiva.

Entrevista. Professor Edésio Fernandes destaca a necessidade imperiosa de regularização fundiária no Brasil. A advogada Mariana Moreira fala sobre parcelamento do solo e desenvolvimento municipal de São Paulo.

Imóvel rural – lei 10.267/2001 e decreto 4.449/2002. Georreferenciamento de imóveis rurais: cronograma se aplica a desmembramento, parcelamento e remembramento. Georreferenciamento: escalonamento de prazos – portaria Incra 1.032, de 2/12/2002.

Jurisprudência selecionada TRT/SP. Cartório, vínculo de emprego e regime laboral.

Jurisprudência selecionada: 1ª VRPSP. Alienação fiduciária, cessão de direitos, ITBI, propriedade resolúvel, direitos reais, tributos, fiscalização e qualificação; condomínio, especificação e convenção, alteração, desmembramento de unidades autônomas e aprovação da prefeitura; arrolamento, formal de partilha, união estável e anuência tácita; adjudicação, ITBI, base de cálculo e qualificação registral; arrematação, vários imóveis, ITBI, base de cálculo, qualificação registral, impostos e cópia reprográfica.

Opinião. A posse, o registro e seus efeitos – José Augusto G. Mouteira Guerreiro. O que é prenotação? – Adriano Damásio. Locação: direito de preferência, custas e emolumentos – Ademar Fioranelli. Enfiteuse e subenfiteuse no NCC e o registro de imóveis – João Baptista Galhardo. Incorporação, hipoteca, custas e emolumentos, São Paulo, capital – José de Mello Junqueira. O sistema registral espanhol: registrador substituto visa mais agilidade – Fernando P. Méndez González. A união estável e seus reflexos notariais e registrais – Valestan Milhomem da Costa. Regularização fundiária e urbanística – Venicio Antonio de Paula Salles. Avenida São João: finais do século XIX a meados do XX – Roberta Deák e Lara Figueiredo.

Previdência social. Cartório é empresa?

IRIB responde. Alienação fiduciária e usufruto: desdobramento da posse – José de Mello Junqueira. Hipoteca, sub-rogação, substituição da garantia e alienação fiduciária – José de Mello Junqueira.

Boletim do IRIB em Revista - Edição 311 – jul./ago. 2003

Especial – Seminário de Regularização Fundiária. Abertura solene. "A Lei de Registros Públicos precisa urgentemente ser reformada" – Sérgio Jacomino. Pronunciamento de Daniel Roberto Fink, representante do MPSP.

Especial – Seminário de Regularização Fundiária. Tema 1 - Regularização fundiária: a função registral e a atuação do Judiciário. A questão urbanística: problemas no dia-a-dia dos registradores, juízes e promotores de justiça – Narciso Orlandi Neto. Breves considerações sobre a desapropriação judicial e a concessão real de uso – Kioitsi Chicuta. Regularização dos loteamentos – Gilberto Valente da Silva. As prefeituras municipais e a regularização dos loteamentos – Gilberto Valente da Silva.

Especial – Seminário de Regularização Fundiária. Tema 2 - Regularização urbanística: estudo de casos. A regularização fundiária como parte da política urbana – Betânia de Moraes Alfonsin. Programa de regularização fundiária da Sehab – Márcia Hallage Varella Guimarães.

Especial – Seminário de Regularização Fundiária. Tema 3 - Financiamento da regularização fundiária: origem dos recursos e financiamento. "Há vontade política de transferir as pessoas para a legalidade" – Paulo Teixeira, secretário da Habitação/SP. "Nossa preocupação é com as dificuldades dos que não têm habitação," – Maurício Rosa, da Nossa Caixa. "Buscamos contribuir para a redução da exclusão" – Claudia Brandão de Serpa, da CEF. "Temos mais de 6 milhões de déficit habitacional" – Carlos Eduardo Duarte Fleury, Abecip.

Especial – Seminário de Regularização Fundiária. Tema 4 - Pós-regularização urbanística e seus efeitos ambientais e urbanísticos. Pós-regularização urbanística e seus efeitos socioambientais – Rosângela Staurenghi e Sônia Lima. Efetividade e permanência da regularização em assentamentos urbanos precários – Maria Lucia Refinetti Martins.

Acontece. IRIB participa de GT do Ministério das Cidades sobre regularização fundiária.

Anote. Jurisprudência registral, notarial e imobiliária.

Convênio IRIB – MPSP. Loteamento, parcelamento do solo urbano, regularização, casas populares, empresa pública, registro imobiliário e incidência da lei 6.766/79.

Entrevista. Regularização fundiária em debate na TV Justiça.

TJMG. Área de reserva legal. Averbação não-obrigatória.

Jurisprudência selecionada: 1ª VRPSP. Carta de adjudicação, Servidão, usucapião e continuidade; loteamento, parcelamentos populares, compromisso de compra e venda, cessão, instrumento público ou particular; parcelamento, desdobro, condomínio, alvará de construção e execução, construção, autorização municipal; carta de adjudicação, expropriação, matrícula, abertura e especialidade; bloqueio de matrícula e registro, nulidades, instrumento, falsidade e estelionato; cancelamento de registro, nulidade de pleno direito, escritura pública, servidão de passagem e anulabilidades; condomínio edilício, personalidade jurídica, aquisição dominial, vagas de garagem, dação em pagamento, carta de arrematação; custas e emolumentos, isenção, Anatel, agência reguladora, autarquia federal, emolumentos e taxa; cancelamento de registro, nulidade de pleno direito, falsidade de assinatura no instrumento; ITBI, momento do recolhimento, embargos e execução provisória, fiscalização do oficial do registro e *quantum debeatur*, retificação de registro intramuros e retificação.

Opinião – regularização fundiária. Seminário de regularização fundiária: aspectos registrais, urbanísticos e ambientais – Christiane Reyder. Regularização da propriedade: projeto More Legal II – Julio Cesar Weschenfelder. Por uma política e um programa nacional de apoio à regularização fundiária sustentável – Edésio Fernandes. Guetos urbanos – Douglas Vieira de Aguiar. O mito da zona rural – Edésio Fernandes. Regularização em áreas de proteção ambiental no meio urbano – Laura Machado de Mello Bueno.

Crítica. Artigo do New York Times denuncia burocracia e custos elevados nas

BOLETIM DO IRIB EM REVISTA DEBATE OS MAIS VARIADOS TEMAS DO REGISTRO IMOBILIÁRIO BRASILEIRO.

A publicação é editada pelo IRIB, com periodicidade bimensal, para documentar as atividades do instituto, divulgar as contribuições dos registradores imobiliários brasileiros e de outros estudiosos do direito registral bem como a jurisprudência de interesse do registro de imóveis.

transações imobiliárias dos Estados Unidos.

Regularização em áreas de proteção ambiental no meio urbano – Laura Machado de Mello Bueno.

Crítica. Artigo do New York Times denuncia burocracia e custos elevados nas transações imobiliárias dos Estados Unidos.

Boletim do IRIB em Revista - Edição 310 – mai./jun. 2003

Especial. IRIB e MP realizam seminário O novo Código Civil e o Registro de Imóveis. O NCC e o registro de imóveis – Ulysses da Silva. O NCC e a estrutura registral – Décio Antônio Erpen. Da chamada aquisição da propriedade por interesse social – Armando Antônio Lotti. Sociedade formada por cônjuges e o NCC – Pablo Stolze Gagliano. Introdução ao direito conjugal patrimonial – Silvio de Salvo Venosa. Condomínios, incorporações e o NCC – Hélio Lobo Júnior. O registro de imóveis e o NCC – Narciso Orlandi Neto. Os contratos imobiliários e o NCC – José de Mello Junqueira. O usufruto e o NCC – Ademar Fioranelli. Breves considerações sobre a lei 10.406/02 – João Pedro Lamana Paiva. Direitos reais e o NCC – Kioitsi Chicuta. O direito de propriedade em face do NCC – Venicio Antônio de Paula Salles. Sobre a crise contemporânea da segurança jurídica e o risco de sua pontual agravação com o NCC – Ricardo Dip.

Opinião. Registrabilidade da compra e venda com cláusula resolutiva expressa – Ricardo Guimarães Kollet. Sociedade entre cônjuges – Celso Marini. Outorga conjugal nos atos de alienação ou oneração de bens imóveis – Ricardo Guimarães Kollet. O instrumento particular e o registro de imóveis – João Pedro Lamana Paiva e Tiago Machado Burtet. Sociedades limitadas, o registro imobiliário e o NCC – Alexandre Laizo Clápis. Desmistificando a contagem de prazos no Código Civil – Arruda Alvim e Pablo Stolze Gagliano. Promessa de compra e venda e o NCC – Rubem Antonio Cardoso Mallmann.

Entrevista. NCC e RI em foco na TV Justiça: entrevista com Narciso Orlandi Neto.

Acontece. XIV Congresso Internacional de Direito Registral em Moscou. O registro como instrumento de proteção das garantias jurídicas – José Augusto G. Mouteira Guerreiro.

Anote. Alienação ou oneração de bem móvel incorporado ao ativo permanente da empresa – Antonio Herance Filho. Previdência Social: prazo de validade da CND alterado para 90 dias.

STJ. Penhora, bem de família e imóvel dado em garantia hipotecária; penhora não registrada, alienação e boa-fé; penhora não registrada e terceiro de boa-fé; locaçao, fiança, prorrogação de contrato e anuência do fiador; penhora não registrada e terceiro de boa-fé; penhora, doação com reserva de usufruto e usufruto não registrado.

Boletim do IRIB em Revista - Edição 309 – mar./abr. 2003: edição esgotada

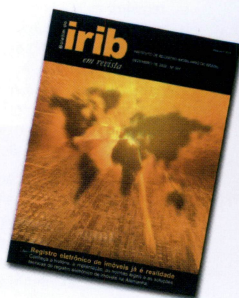
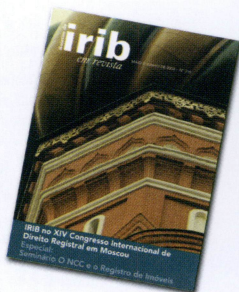
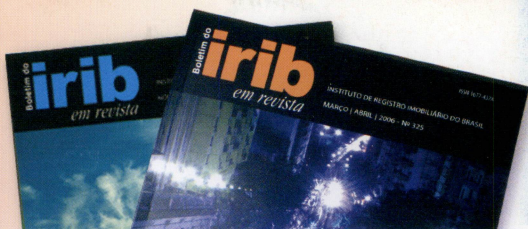
Boletim do IRIB em Revista - Edição 308 – jan./fev. 2003: edição esgotada

Boletim do IRIB em Revista - Edição 307 – dez. 2002

Acontece. Imóvel rural: IRIB participa de reunião do GT-CNIR/SNCR. Workshop – experiências e expectativas para o CNIR. Registrador brasileiro participa de curso de especialização em direito registral imobiliário na Espanha.

Opinião. O registro eletrônico de imóveis na Alemanha – Helmut Rüßmann. Críticas à usucapião urbana coletiva – Benedito Silvério Ribeiro.

Registro literário. Eu, tu, ele... – Ulysses da Silva.

Sala temática. ISS: as serventias e o alvará municipal – José Ribeiro.

Jurisprudência selecionada. Condomínio especial de casas, propriedade vertical e horizontal, urbanização, incorporação imobiliária, loteamento fechado, aprovação municipal, vila particular, ação civil pública.

STJ. Compromisso de CV, distrato, cláusula abusiva, nulidade e devolução das parcelas pagas; penhora, pedido de sustação, alegação de imóvel único e indeferimento; hipoteca, pedido de adjudicação compulsória, impossibilidade e obrigação de fazer; suscitação de dúvida, ausência de pressupostos para registro e impossibilidade da averbação; fraude à execução, bem de família, alienação, má-fé dos adquirentes.

Prática registral: Jurisprudência *on line*. Consultas técnicas. Enunciados orientadores do IRIB. Perguntas/respostas desde 1976.

IRIB responde – consultas respondidas por Gilberto Valente da Silva. Imóvel rural, desmembramento e autorização do Incra; imóvel rural, desmembramento e remanescente; desmembramento, lei 10.267/2001 e decreto 4.449/2002; imóvel rural, desmembramento, aprovação do Incra e abertura de matrículas.

Boletim do IRIB em Revista - Edição 306 – nov. 2002 edição esgotada

Boletim do IRIB em Revista - Edição 305 – out. 2002: edição esgotada

Boletim do IRIB em Revista - Edição 304 – set. 2002

Especial. Loteamento fechado – Hélio Lobo Júnior. Da legalidade dos loteamentos fechados – José Carlos de Freitas.

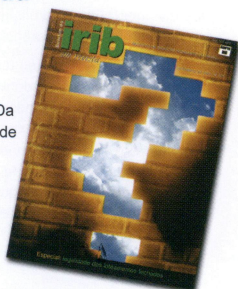
Acontece. Serjus realiza 11º Encontro de Notários e Registradores em Ouro Preto com apoio e participação do IRIB.

Opinião. Certidões de feitos ajuizados e o RI – Marcelo da Costa Alvarenga. Desperta tabelião (digital)! – Ângelo Volpi Neto. Ainda o documento digital – Paulo Roberto de Carvalho Rego. A eficácia jurídica do documento eletrônico – Paulo Roberto G. Ferreira. O falso documental no Direito e na História – J. Nascimento Franco. Imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISSQN: incidência nos serviços notariais e registrais – Antonio Herance Filho.

Legislação. Decreto regulamenta ITR.

STF. Penhora, bem de família, imóvel residencial e impenhorabilidade; imóvel rural, interesse social para fins de reforma agrária e fraude à expropriação; desapropriação, reforma agrária, vistoria, irregularidade e nulidade do decreto expropriatório.

STJ. Penhora, embargos do devedor, inscrição no registro de imóveis e prazo; desapropriação indireta, imperfeita descrição do imóvel e confrontantes; penhora, execução fiscal, atribuição de responsabilidade substitutiva a sócio-gerente e ilegalidade; usucapião, posse mansa e pacífica, interesse da União, alegação de bem público, escritura pública de 1897; penhora, competência, juízo correcional *versus* juízo trabalhista; compromisso de CV, dupla alienação, venda a *non domino* e nulidade; usucapião, posse comprovada, titularidade não comprovada, compromisso de CV e prescrição aquisitiva; penhora, credor do vendedor, escritura de CV não registrada, imissão na posse e embargos; alienação, terreno pago com unidades futuras, venda de unidades, rescisão do contrato de venda do terreno, nova venda, indenização, nulidade de atos anteriores à indenização; contrato de CV, condomínio, ausência de registro do memorial de incorporação e irregularidade sanável; permuta de imóveis, interesse de menores, prejuízo e indeferimento; penhora, contrato de CV anterior à execução e terceiro de boa-fé.

IRIB responde – consultas respondidas por Gilberto Valente da Silva. Imóvel de propriedade de casal, regime da comunhão parcial de bens, indisponibilidade da metade ideal de um dos cônjuges, alienação da metade livre e anuência; penhora, créditos trabalhistas, indisponibilidade, carta de adjudicação e registro; formal de partilha, lote atribuído a dois herdeiros, construção de casa na metade ideal de um deles e registro; desmembramento de imóvel rural em lotes, área acima do módulo e aprovação do Incra; alienação de imóvel pela prefeitura, loteamento registrado, desafetação por força de lei municipal e averbação; separação, doação da metade ideal de imóvel feita pelo marido à mulher, averbação e ITBI; instituição de condomínio e requerimento de registro; escritura com valor distinto do compromisso de CV e omissão de que a escritura daria cumprimento ao compromisso; instituição de bem de

BOLETIM DO IRIB EM REVISTA

BOLETIM DO IRIB EM REVISTA DEBATE OS MAIS VARIADOS TEMAS DO REGISTRO IMOBILIÁRIO BRASILEIRO.

A publicação é editada pelo IRIB, com periodicidade bimensal, para documentar as atividades do instituto, divulgar as contribuições dos registradores imobiliários brasileiros e de outros estudiosos do direito registral bem como a jurisprudência de interesse do registro de imóveis.

Boletim do IRIB em Revista - Edição 303 – ago. 2002

Especial. Áreas de preservação permanente e áreas de reserva legal – Francisco José Rezende dos Santos. Apontamentos acerca da aplicação do código florestal em áreas urbanas e seu reflexo no parcelamento do solo – Fernando Reverendo Vidal Akaoui.

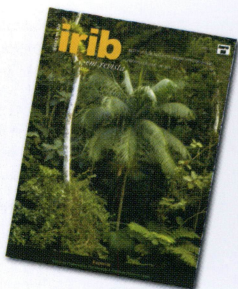
Legislação. A regulamentação da lei 10.267/2001 – compilação de pareceres, normas e estudos. Alterações no Código de Processo Civil: execução provisória e tutela antecipada.

Acontece. IRIB, Ministério Público do Rio Grande do Sul e Fundação Escola Superior do MP celebram convênio de cooperação técnica. Encontro da Anoreg-PR discute NCC aplicado aos serviços notariais e registrais.

Prática registral. Matrícula – Gilberto Valente da Silva.

STF. Aldeamento indígena, inexistência, memorial descritivo e registro inválido; desapropriação para fins de reforma agrária, vistoria e notificação; usucapião, interesse da União e competência.

STJ. Penhora, parte ideal, bem de família e hipoteca não formalizada por escritura pública; Penhora, parte ideal do marido, bem de família, defesa do imóvel inteiro pela mulher e legitimidade; condomínio, vagas de garagem, permuta realizada por condômino e viabilidade; execução, alienação e fraude não caracterizada; penhora, mulher casada, imóvel residencial e impenhorabilidade; penhora, execução, título extrajudicial, bem de família e impenhorabilidade; penhora, execução fiscal, cédula de crédito industrial e preferência do crédito tributário; união estável, partilha e meação.

IRIB responde – consultas respondidas por Gilberto Valente da Silva. Unificação de imóveis e requisitos; condomínio, desapropriação de parte certa e determinada e anuência dos demais condôminos; emancipação e pessoa analfabeta; constituição de servidão e escritura pública; registro de partilha, benfeitorias e averbação da construção; extinção de condomínio, permuta de partes ideais e ITBI; doação, cláusulas de inalienabilidade, impenhorabilidade e incomunicabilidade, falecimento do doador, cancelamento e requisitos; instituição de condomínio, área de uso comum e requisito; escritura de doação e adiantamento de legítima; imóvel rural, propriedade de casal estrangeiro, separação e renúncia translativa; descrição precária do imóvel e retificação.

Boletim do IRIB em Revista - Edição 302 – jul. 2002

Especial. Registro da penhora – CPC sofre alteração. Valorização do registro imobiliário na reforma da reforma – Ademar Fioranelli, Flauzilino Araújo dos Santos e Sérgio Jacomino. A penhora e o RI – Gilberto Valente da Silva. A penhora, o RI e o terceiro de boa-fé – Julio Cesar Weschenfelder.

Acontece. IRIB participa de importante encontro sobre regularização fundiária em Porto Alegre. IRIB debate parcelamento irregular do solo e inaugura nova sala sobre o tema. XVI Encontro do Comitê Latino-americano de Consulta Registral em San Salvador: IRIB faz acordo de cooperação técnica e jurídica com o México. Curso de especialização em Direito registral imobiliário na Espanha. IRIB organiza comitiva brasileira para participar do XIV Congresso Internacional de Direito Registral em Moscou/2003.

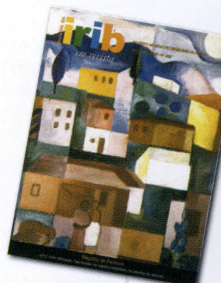
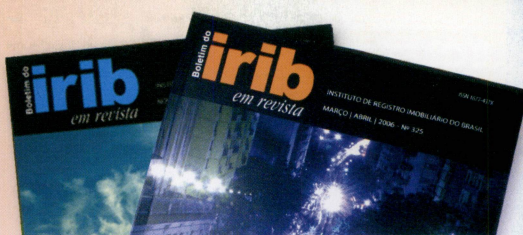
Audiência pública. IRIB e Anoreg-BR aprovam cédula de crédito imobiliário. IN SRF – CNPJ. Pessoa jurídica domiciliada no exterior. Aquisição de imóvel.

Parecer técnico. Certificação digital Anoreg-BR: análise do convênio com Serpro – Pedro Antônio Dourado de Rezende.

Opinião. Certidões de feitos ajuizados devem ser anexadas ao instrumento particular previsto na lei 4.380 – Eduardo Pacheco Ribeiro de Souza. Escrituras públicas: certidões de feitos ajuizados – João Pedro Lamana Paiva. Certidão negativa de dívida ativa da União – Júlio César Weschenfelder. Usucapião coletiva: direito novo? – Benedito Silvério Ribeiro. Registro Imobiliário espanhol na Internet: 17 mil pedidos semanais de consultas – Sérgio Jacomino.

Jurisprudência selecionada.

Igreja Católica. Averbações. Personalidade jurídica. Confira decisão e legislação de interesse. Arquidioceses, Dioceses e Mitras. Alienação de imóveis. Bula papal. Averbação no RI.

STJ. Fraude à execução não caracterizada, execução fiscal, pessoa jurídica e alienação de imóvel dos sócios anterior ao registro da penhora; usucapião, posse vintenária, comprovação, reivindicatória e improcedência; penhora, bem de família e imóvel dado em garantia hipotecária; cancelamento de registros imobiliários, Incra,

juízo federal versus juízo estadual e competência; penhora, execução fiscal, hipoteca, cédula de crédito comercial e prevalência do crédito tributário; locação, imóvel hipotecado antes da celebração do pacto locatício e admissibilidade; locação, imóvel alienado em hasta pública, renovação compulsória, cláusula de vigência e averbação na matrícula; penhora, imóvel já partilhado e irrelevância de registro posterior à constrição; penhora, imóvel rural, área inferior ao módulo e impenhorabilidade.

IRIB responde – consultas respondidas por Gilberto Valente da Silva. Escritura de doação, revogação e ITBI; descrição, alteração e procedimento jurisdicional; imóvel arrestado e alienação; lotes de propriedade do município, unificação e posterior desmembramento; averbação de construção de imóvel rural e documentação; cessão do direito real de uso de uma praça e desafetação; cédula rural hipotecária e outorga; associação, cisão e transferência de imóveis; doação de imóvel a casal, regime da comunhão universal de bens, falecimento de um dos cônjuges e direito de acrescer; imóvel registrado em nome de pessoa jurídica de direito público, órgão extinto, transferência do imóvel ao Estado e averbação; alteração de estado civil e requerimento feito por terceiro interessado.

Boletim do IRIB em Revista - Edição 301 – jun. 2002: edição esgotada

Boletim do IRIB em Revista - Edição 300 – mai. 2002: edição esgotada

Boletim do IRIB em Revista - Edição 299 – abr. 2002

Palavra do presidente. Pesquisa revela a verdadeira face de milhares de registros imobiliários brasileiros.

Acontece. IRIB e MPSP juntos em noite de autógrafos. IRIB participa de simpósio sobre o Estatuto da Cidade. Escritura pública digital européia.

Opinião. Documento eletrônico: aldeia global e as mensagens na garrafa – Sérgio Jacomino. O poder familiar e os atos notariais e de registro – Marcelo Melo.

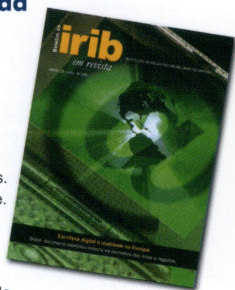
Prática Registral. Registro de Imóveis: CND do INSS e Receita Federal.

Audiência pública. Colégio Notarial SP propõe que o registrador controle os atos notariais realizados em outros estados; CGJSP rejeita proposta do Colégio Notarial SP.

Jurisprudência selecionada. Notários, procedimento disciplinar, lavratura de escritura fora do município, pena e prescrição.

STJ. Penhora, pequena propriedade rural e impenhorabilidade; compromisso de CV não registrado, embargos de terceiro e admissibilidade; penhora, registro, fraude à execução não caracterizada, penhora não registrada e boa-fé presumida; penhora, alienação após ajuizamento da ação, penhora não registrada e fraude à execução não caracterizada; mulher casada, embargos de terceiro, meação, defesa, dívida proveniente de aval, benefício da família e inversão do ônus da prova ao credor; penhora, bem de família, fiança e locação; penhora, bem de família e alegação não comprovada; penhora, área comercial, imóvel residencial, destinação mista, bem de família e impenhorabilidade; penhora, execução trabalhista, falência e competência do juízo falimentar; competência, conflito, imóvel rural, cancelamento de registro imobiliário, requerimento, natureza administrativa, Incra, autarquia federal e competência do juízo estadual; fraude de execução, embargos de terceiro e posse anterior à constrição – não comprovada; usucapião, terra devoluta e ônus da prova; penhora, embargos, execução de título extrajudicial, escritura pública de CV não registrada e prova do domínio; penhora indevida, execução contra ex-marido incidente em bens da ex-mulher e embargos de terceiro; penhora, bem de família, imóvel não residencial e embargos.

TST. Penhora, hipoteca e cédula de crédito rural.

IRIB responde – consultas respondidas por Gilberto Valente da Silva. Escritura de constituição de servidão, descrição precária do imóvel e retificação; alienação de imóveis pela prefeitura, imóveis não registrados e comprovação do domínio; retificação de confrontações; instituição de bem de família em imóvel residencial urbano; mandado de registro de penhora e imóvel indisponível; alienação fiduciária fora do SFI e formalização por instrumento particular; loteamento pela prefeitura, implantação de conjunto de casas populares e documentação; imóvel rural pertencente a vários proprietários e alienação de parte ideal; escritura pública apresentada por certidão e aquisição por título anterior ao Código Civil; registro de formal de partilha e morte da esposa no curso do inventário; hipoteca de imóvel hipotecado e credores distintos; formal de partilha, renúncia em favor do monte, renúncia translativa e ITBI; escritura de dação em pagamento, menor incapaz,

representação pelos pais; desmembramento, destaque de parte de imóvel rural e construção de condomínio de casas; carta de adjudicação e título formado por cópias autenticadas do processo; renúncia de usufruto e anuência do nu-proprietário; loteamento de padrão nobre, compromisso de CV com prova de quitação e registro; divórcio, averbação e exigências; registro de hipoteca e apresentação de cédula de crédito; imóvel gravado com cláusulas de inalienabilidade, incomunicabilidade e impenhorabilidade, alienação e alvará judicial; construção de pavimento superior, venda da parte superior, desmembramento e instituição de condomínio; construção de casas em terreno do município e regularização de construções não averbadas; pacto antenupcial e mulher menor de idade; reti-ratificação, escritura pública de divisão, alteração de área e transmissão; regularização deloteamento e lei 6.766/79.

Boletim do IRIB em Revista - Edição 298 – mar. 2002

Palavra do presidente. Proposta do decreto regulamentador da lei 10.267/01 buscou o consenso de todos os envolvidos.

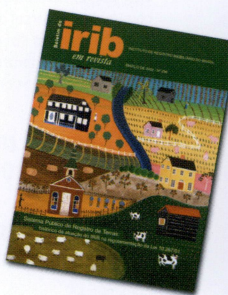
Especial. Sistema público de registro de terras – o histórico da atuação do IRIB na regulamentação da lei 10.267/01. Retrospectiva da lei 10.267/2001: atuação do IRIB no GT encarregado de apresentar proposta para sua regulamentação.

Opinião. Grilagem de títulos: pesquisador descobre títulos falsos dos reis merovíngios – Jürgen Philips. Fisco, notários e registradores I – Otávio Mendonça. Fisco, notários e registradores II – Helenilson Cunha Pontes. Transparência, opacidade e equilíbrio – Pedro Antonio de Rezende.

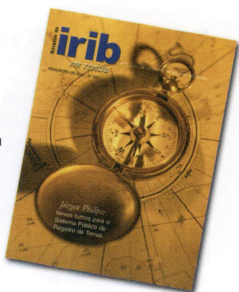
Jurisprudência selecionada. Condomínio e atribuição de unidades autônomas; atribuição de unidades autônomas, condomínio especial, emolumentos e reclamação; condomínio horizontal precedido de incorporação, emolumentos e reclamação; condomínio e atribuição de unidades autônomas; bem de família, aluguel e impenhorabilidade.

STF. Desapropriação para fins de reforma agrária. Imóvel rural objeto de implantação de projeto técnico e descabimento; desapropriação, reforma agrária, desmembramento após notificação, média propriedade, registro e alegação de fraude; usucapião, alegação de posse sobre o imóvel e ausência de prova.

STJ. Defesa da posse, embargos de terceiro, compromisso de CV não registrado; penhora, hipoteca, cédula de crédito rural, prevalência do crédito tributário; penhora, bem de família, locação e fiança; venda a *non domino* e anulação; penhora não registrada, terceiro de boa-fé e fraude não caracterizada; fraude de execução não caracterizada, hipoteca, cédula hipotecária não registrada e terceiro de boa-fé; execução trabalhista, falência e competência do juízo falimentar; adjudicação compulsória, compromisso de CV não registrado, incorporador *versus* instituição financeira, hipoteca e ineficácia em face do adquirente; penhora, intimação do cônjuge, defesa da meação e embargos de terceiro; execução de título extrajudicial, bem de família e impenhorabilidade; usufruto vidual e direito real; penhora, condomínio, cobrança e bem de família; usucapião, antigo aldeamento indígena e competência da justiça estadual; carta de arrematação, dúvida registrária e indisponibilidade.

IRIB responde – consultas respondidas por Gilberto Valente da Silva. Dação em pagamento e cláusula de retrovenda; averbação de construção e exigências; imóvel com dois pavimentos, condomínio, lei 4.591/64 e área de uso comum; alienação fiduciária, pessoa jurídica e instrumento particular; imóvel urbano, ocupação pelo poder público e acesso ao registro de imóveis; doação de imóvel a casal, regime da comunhão universal de bens e cláusula de acrescer; termo administrativo de investidura, prefeitura municipal, transmissão de propriedade e escritura pública; loteamento, transmissão do domínio e projeto aprovado em nome do antigo proprietário; compromisso de CV, loteamento registrado, transmissão da propriedade e lei 9785/99; penhora trabalhista. indisponibilidade; venda de parte certa e determinada e anuência dos demais condôminos; constituição de servidão e escritura pública; registro de promessa de CV e ITBI; alienação de imóvel hipotecado. anuência do credor; prenotação e renovação anterior ao prazo de vencimento; compromisso de CV e cancelamento a requerimento das partes; compromisso de CV, cancelamento do registro, averbação e ITBI; Mandado de registro, imóvel objeto de dação em pagamento e Justiça do Trabalho; Cédula de crédito bancário, registro da garantia, hipoteca ou alienação fiduciária; escritura de doação a duas pessoas; Arrematação e cancelamento de hipoteca determinado por ofício do juízo da execução; Unificação de imóveis e proprietários distintos; desmembramento, imóvel com usufruto, caracterização do usufruto apenas sobre uma das partes desmembradas e concordância do nu proprietário.

Boletim do IRIB em Revista - Edição 297 – fev. 2002

Palavra do Presidente. 18º Encontro Regional do IRIB. O IRIB visitou 87 cartórios no Rio Grande do Norte antes de decidir pela realização do evento na cidade de Natal.

Opinião. Perspectivas para a correta aplicação da lei federal 10.267/2001 – Jürgen Philips. CND do INSS e SRF: empresas comercializadoras de imóveis – Antonio Herance Filho. A cessão de crédito hipotecário e a previdência social – Ulysses da Silva.

CGJSP. Matrícula, bloqueio, cancelamento de registro, especialidade, retificação de registro e disponibilidade qualitativa; incorporação imobiliária, alienação de unidades autônomas sem registro, comunicação ao Ministério Público e bloqueio de matrícula.

STF. Impacto ambiental, dispensa de estudo prévio e inconstitucionalidade; terras devolutas, antigo aldeamento indígena e domínio do Estado; desapropriação, reforma agrária e ação cautelar.

STJ. Imóvel alodial, transformação em terreno de marinha, procedimento administrativo demarcatório, potencial evicção e devido processo legal; alienação de bem penhorado, penhora não registrada e fraude de execução não caracterizada; penhora indevida, bem pertencente a terceiro, compromisso de CV não registrado e ônus sucumbenciais; fraude à execução não caracterizada, penhora não registrada e presunção de boa-fé do adquirente; penhora, partilha não registrada, publicidade registrária e responsabilidade do terceiro-embargante; penhora, execução fiscal, cédula de crédito industrial e prevalência do crédito tributário; bem reservado, comprovação e comunicabilidade; escritura pública, retificação, títulos para o mesmo imóvel e ação de anulação de ato jurídico por erro; penhora, alienação anterior à execução, registro posterior à constrição e fraude não caracterizada; doação de imóvel a cônjuge sexagenário e regime obrigatório de separação de bens; usufruto vidual e direito real de uso e gozo; usucapião e herança jacente; incorporação imobiliária, penhora, execução, hipoteca e unidades não especificadas no registro; penhora, nua-propriedade, parte ideal, usufruto vitalício e alegação de impenhorabilidade; anulatória, doação de um cônjuge a outro, regime da comunhão parcial de bens e ato jurídico perfeito; falência e seqüestro de imóvel locado; fraude, contrato de CV entre parentes, insolvência e dispensa de certidões; aquisição a *non domino*, área maior do que a registrada, retificação administrativa, ampliação de área e anulação; pedido de retificação de registro, competência, justiça estadual e vara de registros públicos; penhora, bem de família, fiança e hipoteca; penhora, meação, dívida contraída em benefício da família e presunção não elidida; ação de obrigação de fazer, regularização, demarcação/registro de lote e outorga de escritura definitiva; usucapião, domínio útil relativo a bem de domínio público e imóvel foreiro; fraude de execução não configurada, alienação, existência de ação de reconhecimento de concubinato, partilha e meação; penhora, área comercial, imóvel residencial e destinação mista; Cofins e não incidência; penhora, execução trabalhista, falência anterior à penhora e competência do juízo falimentar; penhora, competência, juízo correicional *versus* juízo trabalhista e qualificação registral; arrolamento de bens e união estável; penhora, execução, hipoteca cedular, cédula de crédito rural e impenhorabilidade; usucapião, juízo estadual *versus* juízo federal e competência; adjudicação compulsória e construção não averbada no registro de imóveis; fraude à execução e caracterização; penhora, execução fiscal, hipoteca cedular e prevalência do crédito tributário; penhora, execução fiscal, remição e imóvel hipotecado e penhorado anteriormente; penhora, bem de família e destinação residencial não comprovada.

TST. Penhora, hipoteca cedular, cédula de crédito industrial e crédito trabalhista.

IRIB responde – consultas respondidas por Gilberto Valente da Silva. Circunscrições imobiliárias, elevação de municípios e distritos a comarca; desmembramento, lei 6.766/79, fração ideal e alienação; incorporação de condomínio, venda de apartamentos e obra inacabada; reti-ratificação do título de CV para permuta de imóvel rural e desmembramento; imóvel rural seccionado por rodovia e perímetro urbano; carta de arrematação, imóvel rural, desmembramento e área inferior ao módulo; SFH, FGTS e instrumento particular de CV; terreno com prédio em construção, averbação e registro; transmissão de imóvel para sócio e escritura pública; execução, obrigação de fazer e carta de sentença – título hábil para o registro; loteamento e dispensa das obras de infra-estrutura pela prefeitura; cancelamento de hipoteca, credor casado e outorga uxória/marital; divergência entre memorial descritivo e planta; escritura de CV de ilha e desapropriação; venda *ad corpus*, pacto antenupcial e regime misto; carta de adjudicação, desapropriação de posse e ITBI; loteamento, alienação, sucessão nos direitos e obrigações do loteador; imóvel penhorado em execução fiscal e indisponibilidade; desmembramento, registro e débitos estaduais.

BOLETIM DO IRIB EM REVISTA

BOLETIM DO IRIB EM REVISTA DEBATE OS MAIS VARIADOS TEMAS DO REGISTRO IMOBILIÁRIO BRASILEIRO.

A publicação é editada pelo IRIB, com periodicidade bimensal, para documentar as atividades do instituto, divulgar as contribuições dos registradores imobiliários brasileiros e de outros estudiosos do direito registral bem como a jurisprudência de interesse do registro de imóveis.

Boletim do IRIB em Revista - Edição 296 – jan. 2002

Edição que inaugura a gestão do presidente Sérgio Jacomino e que lança a tradicional publicação do IRIB em novo formato e com o tratamento gráfico requintado que conquistaria seus leitores.

Palavra do presidente. A contribuição social do IRIB e a realidade dos registros imobiliários. Comentário sobre pesquisa realizada nos pequenos cartórios do sertão do Rio Grande do Norte em razão do 18º Encontro Regional dos Oficiais de Registro de Imóveis, agendado para Natal.

Entrevista com o presidente Sérgio Jacomino sobre a gestão que iniciava na presidência no IRIB.

Parecer técnico sobre o convênio Serpro/Anoreg-BR para a prestação de serviços de constituição e operacionalização de infra-estrutura de chaves públicas. Convidado a manifestar-se a respeito do contrato celebrado entre Anoreg-BR e Serpro, o IRIB encomendou parecer do especialista Pedro Antonio Dourado de Rezende, do departamento de Ciência da Computação da UnB, que apontou inconsistências e fragilidades do contrato.

Opinião. O direito à moradia sob ameaça – Melhim Namem Chalhub. O futuro e a liberdade digital – Pedro Antonio Dourado Rezende.

STF. Usucapião de antigo aldeamento indígena e alegação de domínio da União; desapropriação e notificação prévia.

STJ. Penhora, bem de família e hipoteca; usufruto vidual sobre a totalidade do patrimônio; penhora, sociedade de fato, dissolução, e impenhorabilidade; penhora não registrada, venda de bem penhorado e terceiro de boa-fé; fraude à execução e alienação de imóvel penhorado; área de preservação ambiental, construção, alvará do município e prevalência da lei federal; confissão de dívida, escritura pública, cédulas de crédito rural, inexistência de novação, execução e nulidade; incorporação não registrada, alienação de unidades, paralisação da obra, rescisão contratual, perdas e danos; penhora, hipoteca, CCR, exclusão do imóvel.

TST. Penhora, bem vinculado a cédula de crédito industrial e impenhorabilidade; penhora e execução trabalhista.

IRIB responde – consultas respondidas por Gilberto Valente da Silva. Unificação de imóveis contíguos, hipoteca e área de preservação de floresta; carta de arrematação, descrição divergente do registro, título irregular e devolução; companhia habitacional, parcelamento e dispensa da apresentação de documentos; transmissão de domínio, compromisso de CV e loteamento anterior à lei 9.785; servidão de passagem de energia elétrica e loteamento posterior do imóvel; formal de partilha, comunhão parcial de bens, meação e incomunicabilidade; doação com cláusula de reversão, retorno do domínio da doadora; alienação de parte ideal, transmissão entre cônjuges, regime de separação obrigatória de bens e comunicabilidade; doação, cláusula de inalienabilidade, mulher casada, regime da comunhão universal de bens, formal de partilha e incomunicabilidade; reti-ratificação e partes essenciais; averbação de habite-se e prédio construído em lote pertencente a várias pessoas físicas e uma jurídica; desmembramento, área *non aedificandi*; escritura pública de CV com cláusula de retrovenda, distrato e ITBI; promessa de doação, carta de sentença e penhora; conseqüências da dispensa de certidões cíveis e de protesto; desapropriação e apuração do remanescente; bem reservado; escritura de CV, usufruto e cláusula de incomunicabilidade; firma individual e aquisição de imóvel; penhora de nua propriedade, falecimento do usufrutuário e cancelamento do usufruto pelo credor; averbação de construção, casas geminadas, ausência de área comum e venda; penhora inscrita em favor da União; novo mandado de penhora, união exeqüente e indisponibilidade; cédula rural hipotecária, prorrogação de vencimento e indisponibilidade; regime de bens de casamento e pacto antenupcial; mandado de penhora e qualificação dos executados; qualificação, dados da escritura pública ou apresentação de documentos; título judicial e qualificação; incorporação e venda de fração ideal vinculada a unidade futura; incorporação, prazo de carência e renúncia; permuta de fração ideal por área construída e venda da fração reservada; unificação, abertura de matrícula única e cancelamento das matrículas existentes; conferência de bens, conferente casado, regime da comunhão parcial de bens e outorga uxória; formal de partilha, meação e cessão de direitos por instrumento particular.